

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

7.^a Reunião
(27 de setembro de 2016)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 15 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à audição do Dr. António Domingues (Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos), que respondeu às questões colocadas pelos Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Carlos Costa Neves (PSD), João Paulo Correia (PS), Moisés Ferreira (BE) e Duarte Filipe Marques (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 34 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Dr. António Domingues, Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que hoje está presente nesta reunião da Comissão na sequência de um pedido formulado pelo CDS-PP, de natureza potestativa, para assegurar a presença do Sr. Doutor.

Antes de começarmos, queria dar nota aos Srs. Deputados que o Sr. Dr. António Domingues, poucos dias depois de ter iniciado funções como Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, teve a simpatia e o cuidado de me telefonar para poder marcar uma audiência com o Presidente da Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos, para manifestar a sua disponibilidade para aqui estar presente quando fosse entendido que era necessário.

Na sequência desse telefonema do Sr. Dr. António Domingues, tive ocasião de ter com ele uma reunião, que muito lhe agradeço, mas não queria deixar de dar conta publicamente, aos membros da Comissão e a quem nos está a ouvir, que seguramente terá sido uma das primeiras preocupações do Sr. Dr. António Domingues ter essa iniciativa de contactar telefonicamente o Presidente da Comissão de Inquérito.

Portanto, o Sr. Dr. António Domingues teve a preocupação de contactar institucionalmente o Presidente da Comissão de Inquérito e manifestar a sua disponibilidade para aqui estar presente quando os Srs. Deputados o entendessem, o que está acontecer na sequência do requerimento potestativo que foi apresentado pelo CDS-PP.

Por isso, em primeiro lugar e em nome da Comissão de Inquérito, quero saudar o Sr. Dr. António Domingues, agradecer-lhe a sua presença e a pronta disponibilidade que manifestou para responder a esse pedido do CDS-PP e também, se me permite, em meu nome pessoal e em nome de todos os membros da Comissão, desejar-lhe a si e a todos os seus colaboradores os maiores sucessos no exercício das suas funções num banco tão importante como é a Caixa Geral de Depósitos.

Tratando-se de um requerimento potestativo do CDS-PP, é por este Grupo Parlamentar que se iniciará a primeira ronda de perguntas.

O Sr. Dr. António Domingues disponibilizou-se para responder a todas as questões que lhe sejam formuladas mas, ao mesmo tempo, deu-me conta de que não desejaria fazer nenhuma intervenção inicial e, por isso, seguiremos as regras normais. Havendo um grupo parlamentar que exerceu um direito potestativo, será por ele que começaremos, seguindo-se a ordem a normal, de acordo com a escala estabelecida. Assim, a seguir ao CDS-PP, a ordem será a seguinte: PCP, PSD, PS e BE.

Sem perder mais tempo e agradecendo uma vez mais ao Sr. Dr. António Domingues a sua presença, dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): - Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Dr. António Domingues, reiterar as palavras do Sr. Presidente quanto ao agradecimento pela disponibilidade que teve desde a sua assunção de funções para com esta Comissão de Inquérito, que depois reiterou relativamente ao requerimento que o Grupo Parlamentar do CDS-PP teve a oportunidade de apresentar, e também reforçar as palavras que o Sr. Presidente aqui deixou de votos de um bom mandato à frente dos destinos da Caixa Geral de Depósitos.

O CDS acredita na importância da existência de um banco público em Portugal e no papel que a Caixa Geral de Depósitos tem na economia nacional e, portanto, obviamente que fazemos parte da esmagadora maioria dos portugueses que considera que um bom mandato do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos é certamente um contributo muito importante para a economia nacional.

Queria começar o primeiro grupo de questões enquadrando-as no objeto da Comissão, dada a sensibilidade que o mesmo tem para esta audição. Portanto, enquadrá-las-ia na alínea *a*), que versa sobre o seguinte. «avaliar os factos que fundamentam a necessidade de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, incluindo as efetivas necessidades de capital e de injeção de fundos públicos e as medidas de reestruturação do banco».

Portanto, esta é a resolução do Parlamento e é sobre isto e neste espírito que coloco as questões.

A primeira é a seguinte: como é que o Sr. Doutor explica o volume das atuais necessidades de capital, volume esse que veio a público, quando o plano de capitalização da anterior Administração, da última vez que a anterior Administração fez este exercício, apontava para valores de cerca de 2,5 mil milhões de euros, ou seja, mais ou menos metade do valor máximo a que, neste momento, pode chegar a recapitalização? Esta evolução, segundo a análise que o Sr. Doutor pode fazer, deve-se a quê?

O Sr. **Presidente**: — Já tive ocasião de dizer ao Sr. Dr. António Domingues que na primeira fase de perguntas estas se colocam em termos de pergunta/resposta e, portanto, o grupo parlamentar é livre de gerir como entende o seu tempo, ou seja, pode utilizar os 8 minutos ou pode utilizar esta lógica que o Sr. Deputado João Almeida agora usou.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António Domingues** (Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos): - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, agradeço as palavras simpáticas do Sr. Presidente da Comissão. A Comissão e o Sr. Presidente não têm de agradecer a minha disponibilidade, considero-a uma obrigação. Na medida em que o Parlamento, que é a sede do poder, tinha decidido promover esta iniciativa, a mim cabia-me, institucionalmente, a responsabilidade de me disponibilizar para cá vir e, portanto, dentro daquilo que são as minhas obrigações e os constrangimentos da minha atividade, cooperar e colaborar com a Comissão. É isso que farei, hoje e sempre que a Comissão entender que é necessário.

Relativamente à pergunta que o Sr. Deputado João Pinho de Almeida me fez, se me permitissem, gostaria de fazer um pequeno enquadramento da situação do setor, porque acho que só nesse enquadramento é que se percebe verdadeiramente a situação da Caixa, que não é uma situação tão singular como se pode pensar.

Gostava de começar por dizer que, em 2007, o resultado líquido do conjunto dos bancos em Portugal — isto são dados do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal — foi de 3.3 biliões de euros e no exercício de 2015 foi de 200 milhões de euros.

Repito: durante o ano de 2007, ano em que a crise que estamos a viver teve início mas que, digamos assim, ainda foi um ano normal, o resultado consolidado do conjunto dos bancos que operam em Portugal foi de 3.3 biliões de euros e em 2015 foi de 200 milhões de euros. Houve bancos que tiveram lucros e bancos que tiveram prejuízos, mas este é o conjunto do setor.

E quais foram as diferenças? O que é que fez com que isto acontecesse de 2007 para 2015? Em primeiro lugar, a margem financeira dos bancos passou de 8.2 para 5.9 biliões de euros, ou seja, decresceu 2.2 biliões durante este período. Estou a falar de receita e não de riscos. A receita que o setor

teve, a margem financeira, ou seja, a diferença, entre 2007 e 2015, foi de 2.2 biliões de euros.

Em cima disso, no setor como um todo, as comissões estiveram praticamente na mesma mas, mesmo assim, diminuíram, o que é espectável e normal num contexto de redução da atividade económica. Em cima disso, nas imparidades e provisões, entre 2007 e 2015, a diferença é que em 2007 foram 2 biliões de euros e em 2015 foram de 4 biliões. E estou a falar de um ano só, não são valores acumulados, estou a comparar 2007 com 2015.

O setor tentou responder a isto. E respondeu como? Respondeu, sobretudo, reduzindo custos, mas de uma forma insuficiente e não conseguiu absorver a totalidade desta variação.

Portanto, os custos totais do setor em 2007 eram de 7.5 biliões de euros e em 2015 ainda foram de 6.5, tendo-se reduzido 14%. Em todo o caso, não permitiram compensar esta variação.

E é importante perceber que o setor como um todo, que teve obviamente problemas de risco — e já lá vou —, começou por ter, e tem ainda, problemas de evolução da receita, problemas, ou dificuldades, que resultaram desde logo do facto de haver uma taxa de juro que se aproximou de zero à medida que o tempo foi passando.

A taxa de juro zero tem um impacto muito grande na rentabilidade dos bancos. Para fazer uma conta muito simples, diria o seguinte: o total de depósitos à ordem do setor é de cerca de 50 biliões de euros. Em 2007 a Euribor era de 4.28, o que significava que esses 50 biliões de euros, que agora têm uma taxa de juro de zero ou muito próximo de zero, rendiam no balanço dos bancos 4.28 vezes 50, o que é qualquer coisa como mais de 2 biliões de euros. Portanto, uma parte desta variação de 2.2 é devida, exclusivamente, à redução das taxas e juro. Ou seja, o ambiente de taxas de juro de zero é um ambiente muito negativo para a atividade bancária.

Em segundo lugar, durante este período, como sabem, Portugal conheceu uma das maiores contrações da atividade económica dos últimos 70 anos. Entre 2010 e 2012, o PIB contraiu-se, em termos reais, 7% e, em termos nominais, 6%. Do ponto de vista dos bancos, aliás, o mais importante é o nominal, como sabem, porque tratamos com dinheiro, mas, em todo o caso, como não houve inflação, a contração foi de 6%.

E aqui entra o tema do risco. O que é significa para os bancos uma contração da atividade económica de 7% em dois anos? Significa que o equivalente a 7% do PIB vezes um multiplicador, que eu não sei quanto é mas seguramente é acima de um, dos ativos dos bancos desapareceu. É que essa atividade desapareceu. Houve empresas que fecharam, faliram, e as pessoas, elas próprias, faliram e, portanto, o impacto nos balanços dos bancos, do ponto de vista do crédito malparado, era inevitável e previsto e era antecipável; a magnitude exata não se sabia mas seria uma magnitude grande.

Mas isso não aconteceu instantaneamente, é claro que não, porque o impacto destes efeitos no incumprimento é um impacto, como a maior parte dos juristas que estão à volta desta mesa sabem, que vai acontecendo ao longo do tempo. Portanto, o nível de imparidades que se verificou e que os bancos tiveram de acomodar ao longo destes anos, em grande medida, resulta desta simples circunstância: o PIB português contraiu-se em dois anos — aliás, se recuarmos até 2007 a contração é até superior, são mais 2% — e isso teve um efeito direto.

Este é o contexto em que a Caixa Geral de Depósitos operou, e a Caixa Geral de Depósitos, ainda por cima, tendo uma quota muito grande de mercado, tem menos capacidade de se defender dos efeitos macro. Um banco mais pequeno, com uma quota de 10 ou de 8%, como o banco onde eu trabalhava, tinha mais possibilidades de se defender dos efeitos negativos da conjuntura. Um banco como a Caixa tem mais dificuldade.

Depois, a Caixa tinha ainda uma outra circunstância. Como sabem, a Caixa, tradicionalmente, até há 15 anos, era um banco de retalho de particulares, com um peso muito forte no crédito hipotecário, o que de resto só começou a poder ser dado pelos bancos comerciais, salvo erro, a partir de 1991. Até 1991 a banca comercial não dava crédito hipotecário. A alteração é de 1990 ou 1991.

Portanto, o que é que se verificou nestes últimos anos? É que não só houve esta crise como o impacto que ela teve na dívida pública, no encarecimento do financiamento do Estado, repercutiu-se no custo do financiamento dos bancos. E qual é o grosso do custo do financiamento dos bancos? É o mercado de capitais? Não, na Caixa seguramente que não, são os depósitos.

Ora, o aumento do custo dos depósitos subiu, chegando a atingir *spreads* de mais de 2% acima da Euribor, do lado do passivo, enquanto do lado do ativo a Caixa tinha mais de 50% do seu crédito em crédito hipotecário e, para benefício das famílias, os *spreads* não foram mexidos, pelo que uma parte importante do balanço da Caixa produziu margem negativa durante bastantes anos.

Estamos a aproximar-nos do ponto em que isso já não acontece, porque o custo dos depósitos veio a descer gradualmente e, entretanto, o *portfolio* do crédito hipotecário também vai sofrendo a sua renovação e os créditos novos têm preços melhores, mas estas são razões de enquadramento que permitem perceber uma realidade que é esta: a Caixa Geral de Depósitos, em janeiro de 2010, tinha capitais próprios de 6.9 biliões de euros; entre 2010 e junho de 2016 fez dois aumentos de capital — não considero os CoCo —, num total de 1300 milhões de euros, e em junho de 2016 a situação líquida eram 5.7 biliões de euros.

E as necessidades de capitais não são maiores porque durante este período o ativo da Caixa, que em janeiro de 2010 era de 130 biliões, reduziu-

se para 99 biliões, e os ativos ponderados, que é o que determina as necessidades de capital, que eram, em janeiro, de 77 biliões, passaram para 60. Só este efeito permitiu poupar em termos de capital regulatório 1.6 biliões de euros, considerando um rácio de 10%, que é o mínimo que os bancos têm de ter hoje em dia. Aliás, na minha opinião, têm de ter mais.

Portanto, as necessidades de capital da Caixa, do ponto de vista financeiro, decorrem desta realidade em que a Caixa operou e das suas particularidades.

Já agora, pegando nos valores da Caixa, diria que, para o mesmo período, entre 2007 e 2015, como eu disse, enquanto que a margem financeira do conjunto do setor, com a Caixa incluída, se reduziu 20%, a Caixa doméstica — estou a falar da Caixa Portugal, neste caso —, comparando com o conjunto do setor doméstico, baixou mais de 50%. Isto, em grande medida, por estas circunstâncias específicas do que é a atividade da Caixa: primeiro, por ser muito grande, ter uma capacidade de defesa relativamente ao risco macroeconómico, que é sempre um risco praticamente — não conheço o termo em português — *non-hedgeable*, que não se consegue totalmente eliminar, e, além disso, por ter uma estrutura de balanço que tem a ver com a sua história, com a sua força, porque a Caixa é um excelente banco de retalho. Mas, nestas circunstâncias, isso teve este efeito.

Por outro lado, e já agora, durante este período, como disse, o conjunto dos bancos, e depois já vou ver em observações mais específicas, reduziu os seus custos em 15%. Não tenho esses valores aqui à mão, esqueci-me, mas, durante este período, o número de balcões reduziu-se e o número de trabalhadores no setor também, num esforço de adaptação dos custos de funcionamento à capacidade de geração de receita. Se não há receita...

Basicamente, a equação de um banco é muito simples: há a receita constituída pela margem financeira e pelas comissões e alguma coisa de lucros de operações financeiras, o que na Caixa não é expectável que seja

muito relevante, porque não é expectável que a Caixa faça especulação financeira. Na minha opinião, não o deve fazer e, portanto, essa componente será sempre relativamente pequena.

Depois, tem duas componentes de custos: os custos de funcionamento, que têm a ver, sobretudo, com o número de pessoas que trabalham no banco, mais o custo dos sítios e dos computadores com que elas trabalham e de algum fornecimento de serviços, mas o grosso dos custos são com as pessoas e com as condições para elas trabalharem, e finalmente há o custo do risco, porque os bancos têm sempre custo de risco. Há sempre imparidades, porque, senão, não cumpríamos a nossa função de intermediação e de alocação adequada da poupança.

Os bancos, no seu conjunto, fizeram um grande esforço de adaptação, em ritmos diversos, e já vou comentar alguns casos específicos, mas no conjunto do setor os custos baixaram 15% e na Caixa baixaram apenas 9%. Isso deixou uma outra fonte de necessidades de capital, que é a necessidade de reestruturar a Caixa e adaptar os seus custos de funcionamento à sua capacidade de geração de receita futura.

Já agora, a propósito disso, posso dar uns elementos. Por exemplo: entre 2007 e 2015, o BPI reduziu o número de colaboradores em 23%, o número de agências em 15% e os custos totais em 17%. Mas, o BCP, que é um banco mais próximo da dimensão da Caixa, durante o mesmo período, reduziu o número de empregados em 31%, as agências em 24% e os custos de funcionamento em 42%.

Penso que, de uma maneira geral, estes são os fatores que explicam as necessidades de capital da Caixa.

Há um fator adicional que gostava de referir, e que, digamos, às vezes, é comentado de uma forma que não me parece adequada, que é o seguinte: do ponto de vista de um gestor, quanto menos capital estiver alocado, melhor, porque a referência para avaliarem o trabalho da gestão é a

remuneração do capital. Em última análise, é o crescimento da empresa e a remuneração do seu capital e a qualidade, a resiliência dos seus resultados. Ter capital a mais, do ponto de vista do gestor, é uma estultícia, não faz sentido nenhum.

Sucedede que a Caixa, sendo o maior banco português, com 30% de quota de mercado, tendo a estrutura de balanço que tem, não pode estar fora do mercado. A Caixa tem de estar no mercado, até porque 50% do seu ativo, até um bocadinho mais, é um ativo que tem uma vida média relativamente longa, é crédito hipotecário ou crédito equivalente. A Caixa não pode estar fora do mercado, porque, senão, corre riscos que não deve correr.

Hoje, um banco para estar no mercado tem de cumprir três condições: a primeira é ter um balanço com métricas de risco adequadas, portanto, um balanço com um nível de provisionamento adequado, com um nível de imparidade e de cobertura do risco adequada; desejavelmente, tem de estar a gerar resultados positivos e tem de ter um rácio de capital que, na minha opinião, é exagerado mas é o que o mercado dita. Hoje em dia, um banco que tenha menos de 12% ou 12,5% de rácio de capital não tem acesso ao mercado. Enfim, tenho aqui uma ilustração de qual é a média, digamos, dos nossos concorrentes ou equiparáveis na Europa e é de 13%.

Em relação às necessidades de capital da Caixa, não conheço em detalhe o racional que baseou as estimativas que os meus predecessores terão feito, como o Sr. Deputado aludiu, mas respondo por aquilo que foi a minha proposta e a negociação que decorreu para capitalizar a Caixa de forma adequada. Para quê? Para que ela possa ter um balanço limpo, possa rapidamente entrar em resultados positivos e tenha condições de acesso ao mercado.

Estas são as razões do passado e do presente que determinam as necessidades de capital da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Como as Sr.^{as} e Srs. Deputados terão reparado, julgo que, face às circunstâncias, não devo aplicar ao Dr. António Domingues os mesmos critérios de tempo que aplico aos Srs. Deputados. Julgo que devemos ter alguma margem...

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Não tem de pedir desculpa por uma decisão que é minha, e julgo que tem todo o sentido que o faça nestes termos.

Já quanto aos partidos não é a mesma coisa e o Sr. Deputado João Almeida tinha gasto 2 minutos e 13 segundos, que tomei nota. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ainda continuando no mesmo ponto da resolução da Assembleia da República e, portanto, na mesma fundamentação para as questões que queria colocar, a resposta do Sr. Dr. António Domingues, que foi bastante relevante, coloca duas questões: uma qualitativa e outra quantitativa, relativamente à questão da recapitalização.

Começaria pela qualitativa. Por aquilo que o Sr. Doutor aqui nos disse, as razões que levam a uma necessidade de capital neste momento poder-se-á dizer que são de duas ordens, sendo que uma tem a ver com fatores claramente exógenos e que são circunstâncias macro que determinam uma alteração substancial dos pressupostos em que foi feita a recapitalização anterior. Pergunto se justificam, ou não, a divergência entre aquilo que foi a execução de um plano de recapitalização e os objetivos desse plano.

A segunda questão, relativamente a fatores endógenos, é a seguinte: houve por parte da gestão da Caixa Geral de Depósitos, por determinação do acionista ou por escolha da equipa de gestão, uma postura menos racional do

ponto de vista da redução de custos, com outros critérios que terão entrado naturalmente em ponderação pela equipa de gestão ou pelo acionista, no sentido de não afetar a estrutura da Caixa, seja na sua rede de agências, seja na estrutura dos seus colaboradores, ao mesmo nível do que outras instituições financeiras fizeram, designadamente as que são privadas?

Portanto, as duas questões muito claras são as seguintes: o que determinou uma diferença entre o plano de recapitalização e a sua execução foram essas circunstâncias macro serem mais graves do que o que era expectável à data da elaboração do plano de recapitalização? A gestão da Caixa Geral de Depósitos foi, por assim dizer, menos agressiva na redução de custos, diga-se, fecho de agências e rescisões com trabalhadores, do que os seus concorrentes a nível privado?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, tenho estado sobretudo preocupado em concentrar a minha atenção em fazer um diagnóstico da situação atual e em olhar para o futuro, em preparar a Caixa para cumprir com a sua missão.

Penso que algumas conclusões que estão implícitas na pergunta que fez de que houve uma trajetória extraordinária nos últimos anos, porventura, não totalmente expectável ou antecipável, do ponto de vista macro, diria que a mim surpreendeu-me. Não estava à espera na minha vida de encontrar taxas de juro negativas. Se me perguntasse, há cinco anos, se ia estar a viver com taxas de juro negativas, dizia: «Isso é impossível! É um esoterismo do Japão, isso na Europa não vai acontecer!»

Da mesma forma, há cinco anos, se me perguntasse se esperava que a economia portuguesa contraísse 7% em dois anos, também não esperava que isso acontecesse. Que isso teve consequências numa série de domínios, teve, em particular no nosso setor. Confesso que não estive a avaliar, nem penso que seja muito útil da minha parte fazer uma avaliação do que foi o passado,

no sentido das decisões e de como foram tomadas. Limito-me a constatar o que é o ponto de chegada. A avaliação que fiz foi para confrontar o acionista, digamos, com aquilo que me parecia que eram as necessidades de capital e para propor um plano realista baseado no que são as circunstâncias atuais e o que é expectável para o futuro próximo.

Portanto, foi sobre isso que trabalhei e maduramente, antes até, sequer, de ter aceitado um convite que me apanhou de surpresa. Foi isso que fiz e a partir do momento em que o aceitei estive a trabalhar ativamente no sentido de fazer com que a capitalização fosse feita nos melhores termos possíveis. Esse é um tema a que gostaria de me referir especificamente, provavelmente mais à frente.

Isto é o que gostaria de dizer: tenho estado sobretudo preocupado em perceber a realidade atual, qual é o cenário que nos espera e em preparar a Caixa, do ponto de vista do capital, da sua estrutura, dos seus objetivos e dos seus planos, para que ela cumpra a sua missão, como todos esperamos, e de que sou o principal responsável neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, pede a palavra para que efeitos?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, é para um ponto de ordem à Mesa para a boa condução dos trabalhos.

O plano de capitalização e de reestruturação que estão a ser negociados pelo Governo e pela Caixa Geral de Depósitos junto das instâncias europeias estão claramente fora do objeto desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — É verdade!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nem os Deputados devem colocar questões sobre o plano de capitalização ou sobre o plano de reestruturação nem as entidades ou as personalidades que são chamadas à Comissão devem responder a essas questões.

Portanto, da nossa parte, gostaríamos de deixar bem vincada esta fronteira, para que não surja nenhum acidente durante os trabalhos nesta audição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, seguramente que pode estar tranquilo. Acho que ao longo das sessões que já tivemos a questão não se colocou. Ouvi, de facto, o que o Dr. António Domingues agora afirmou, mas se a questão se viesse a colocar não deixaria de falar sobre esse tema.

Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Domingues, percebo perfeitamente que a preocupação seja muito mais de presente e de futuro, até porque foi quantificado um dado que temos de questionar e que tem a ver com o futuro da Caixa Geral de Depósitos como a conhecemos.

O Sr. Doutor disse, relativamente à redução da estrutura de custos, designadamente os que têm a ver com agências e funcionários, que é o que pesa muito na estrutura de custos de um banco, que o setor contraiu 15% e, no mesmo período, a Caixa contraiu 9%. O que pergunto é se passa pelo horizonte da atual gestão uma convergência destes 9% para 15% e em que termos.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Dr. António Domingues, chamava a atenção para o facto de que nem o plano de

reestruturação nem o plano de recapitalização são objeto da Comissão. Portanto, matérias que se prendam com o plano de reestruturação não podem ser objeto da Comissão.

O Sr. Dr. António Domingues responderá, se faz favor, em termos que permitam garantir o respeito pelo objeto da Comissão.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, o meu comentário é o seguinte: foi aprovado um plano estratégico que, neste momento, está a ser transformado num plano operacional. É isso que está a ser feito e o Conselho de Administração, em devido tempo, tomará decisões que ainda não tomou relativamente a matérias como a que o Sr. Deputado refere.

Em todo o caso, chamava-lhe a atenção de que quando falamos no setor estamos a falar numa média que envolve bancos pequenos e bancos grandes e quando falamos na Caixa falamos num caso individual. Por isso é que tive o cuidado de, quando estive a apresentar os valores sobre o setor, dar também alguns exemplos de bancos de magnitudes diferentes.

Portanto, neste momento, não lhe consigo responder. A única coisa que lhe posso dizer é que esta é uma tendência inexorável que decorre não só das pressões de curto prazo sobre a economia do negócio dos bancos, mas também do facto de estarmos a viver uma revolução digital que faz com que os clientes tenham cada vez mais hábitos diferentes e que a forma como os bancos servem os seus clientes vá evoluindo. É natural que haja ganhos de eficiência também por esse lado. Portanto, é uma combinação de fatores que determinará que, ao longo dos próximos anos e de forma gradual, ponderada, se façam esses ajustamentos.

É isto que lhe posso dizer nesta altura. E o Conselho de Administração irá tomando as decisões para que está mandatado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, percebemos todos a resposta. Aliás, nessa comparação que fez com casos concretos citou até o exemplo do BCP, como um banco mais próximo da estrutura e da dimensão da Caixa Geral de Depósitos, onde a contração foi superior à média. Todos percebemos o que está aqui em causa no plano operacional.

Há pouco tinha dito que havia a questão qualitativa e estivemos a falar sobre ela até agora, mas em relação à questão quantitativa, temos, por essas razões que o Sr. Doutor já explicou, quase uma duplicação do eventual montante necessário a uma recapitalização.

Contando o valor máximo que está neste momento em causa, com o valor do último ponto de situação feito, por assim dizer, pelo conselho de administração anterior, em termos de dimensão deste aumento, o que é que tem a ver com este efeito dos resultados da Caixa a questão das imparidades que entretanto foram apuradas, relativamente ao que tinha sido inscrito nos resultados desses anos? Houve o apuramento de imparidades superiores ao que estava inscrito nos exercícios que determinaram a necessidade de recapitalização, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Para sermos claros, uma vez mais, faz parte do objeto da Comissão de Inquérito avaliar os factos que fundamentam as necessidades de capital, não o plano de capital. Portanto, a pergunta foi formulada em termos que julgo serem aceitáveis e a resposta tem de ser dada em termos similares, porque a pergunta foi colocada no sentido de se saber o que fundamenta a necessidade de capitalização: as imparidades ou outro tipo de realidades? Portanto, nessa perspetiva, o Sr. Doutor poderá responder, mas sempre dentro deste contexto.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Na primeira resposta que dei tentei responder à questão que o Sr. Deputado está a formular, ou seja, as necessidades de capital resultam de um conjunto de razões.

Em primeiro lugar, como eu disse, resultam da necessidade que a Caixa tem de ter um rácio de *core tier 1* superior ao que tem. O rácio de *core equity tier 1*, em junho, era de 9,2% e, portanto, é desejável que se aproxime dos 12,5%, custos de reestruturação que foram estimados, e existe uma estimativa, que a Administração da Caixa está neste momento a validar e está a fazer um trabalho em conjunto com a estrutura da Caixa, para ver se existem insuficiências de cobertura do crédito em risco por imparidades. Tenho uma estimativa desse valor, não é pública, e quando o for o Conselho de Administração tomará uma decisão e tornará essa informação pública. Digamos que são estas as razões principais, se quiser os três blocos principais, que determinam, à data de hoje, a necessidade de aumento de capital da Caixa, que, como lhe disse, são as necessidades para que a Caixa tenha um balanço com métricas de risco e com métricas de capital adequadas para cumprir a sua missão.

O Sr. **Presidente**: — Desculpem, mas às vezes este exercício do cronómetro e do microfone... Eu tinha feito uma alteração para contabilizar o tempo das intervenções dos grupos parlamentares e do Dr. António Domingues, mas é melhor deixar só o dos grupos parlamentares e fica o problema resolvido.

Sr. Deputado João Pinho de Almeida, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ainda sobre esta questão, queria referir que temos alguma dificuldade, como compreenderá, pois nunca percebemos se os valores de que ouvimos falar são valores de

uma circunstância já apurada ou se são valores de uma extrapolação, e, se o são, com base em quê. Isto para percebermos o rigor do exercício.

O Sr. Doutor disse-nos agora que as imparidades estão a ser apuradas e o que há é uma estimativa. Então, o que é que dessa estimativa está incorporado no valor que é público, como sendo o possível montante máximo para recapitalização da Caixa?

O Sr. **Presidente**: — Julgo que o Dr. António Domingues não poderá responder diretamente a essa questão.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Porquê?

O Sr. **Presidente**: — Porque não faz parte do objeto da Comissão. Uma coisa é avaliar as necessidades de capitalização, outra coisa é formular uma pergunta que leva o Dr. António Domingues a responder quais são efetivamente essas necessidades.

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria, nesta interpelação à Mesa, cumprimentar, evidentemente, o Dr. António Domingues e desejar-lhe os maiores êxitos à frente do banco público.

Faço esta interpelação à Mesa, Sr. Presidente, de forma a procurarmos que os trabalhos decorram da melhor forma e sem este tipo de intervenções recorrentes, que julgo que não abonam nada ao exercício que temos aqui de fazer e tampouco julgo que sejam dignificantes para quem nos está a ver, porque estamos constantemente a interromper os nossos trabalhos para saber o que se pode e o que não se pode perguntar.

No objeto da Comissão de Inquérito, Sr. Presidente, estão as necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos. O Sr. Deputado

João Almeida não me passou nenhuma procuração, nenhum mandato para vir aqui fazer esta defesa mas, como sei que isto poderá acontecer também na intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, gostaria que a questão ficasse desde já esclarecida.

Temos na praça pública números do montante da capitalização da Caixa Geral de Depósitos, de resto amplamente divulgados por vários órgãos de comunicação social, fazendo até alusões a fontes do Governo.

A pergunta que é feita é se este montante de imparidades, que é ou não conhecido hoje, está nos montantes de necessidade de capitalização da Caixa Geral de Depósitos. Não se está a perguntar sobre o plano de recapitalização, está-se a perguntar se as necessidades de capitalização já o incorporam ou não.

E esta pergunta tem uma razão de ser, Sr. Presidente. Esta pergunta, que, evidentemente, será colocada também, desta ou de outra forma, pelo Grupo Parlamentar do PSD, está diretamente relacionada, como todos se recordarão, com as declarações aqui proferidas pelo Sr. Ministro das Finanças. Portanto, é importante que esta pergunta seja respondida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, como calculará, a tarefa do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, nas condições em que o objeto foi definido, é tudo menos simples.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, sinto-me um bocadinho naquela situação do juiz, em tribunal, que decide o que é que o júri pode ou não apreciar das questões que são colocadas pela defesa ou pela acusação.

Vamos fazer o seguinte: para que não haja dúvidas, pedia ao Sr. Deputado João Almeida que formulasse de novo a sua questão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o que eu ia pedir, Sr. Presidente, muito obrigado.

Reformulo a minha questão e peço que a contagem do tempo retroceda, porque é uma reformulação.

O Sr. **Presidente**: — Claro, isso está fora de questão.

Para ver se nos entendemos nesta matéria e para comentar a interpelação do Sr. Deputado Hugo Soares, diria que o caminho é estreito e no limite dos limites a responsabilidade é minha, embora, depois, a Comissão possa ultrapassar as minhas decisões, mas o que está em causa na Comissão de Inquérito é a avaliação dos factos que fundamentam a necessidade de recapitalização. Não são aspetos que tenham a ver com o plano ou os aspetos que o plano contempla.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Incluindo as efetivas necessidades de recapitalização.

O Sr. **Presidente**: — Segmento da alínea *a*) do objeto, que tem de ser lido em consonância com a avaliação dos factos que fundamentam a capitalização.

Sr. Deputado Hugo Soares, não fui eu quem alterou o objeto da Comissão, na sequência de tudo aquilo que conhecemos, e temos de ser capazes de separar o que é matéria da Comissão de Inquérito e o que é matéria da Comissão de Orçamento e Finanças, onde o Sr. Ministro das Finanças tem respondido e prestado os esclarecimentos que entendeu adequados sobre o plano de recapitalização.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Como fez aqui!

O Sr. **Presidente**: — Não, o que ele fez aqui foi uma coisa diferente e não é comparável com o que foi feito na Comissão de Orçamento e Finanças.

Não é fácil manter este equilíbrio entre o que é que é daqui e o que é da Comissão de Orçamento e Finanças, que tem a ver com a fiscalização normal da atividade política do Governo.

Portanto, Sr. Deputado João Almeida, se puder reformular a pergunta, ficar-lhe-ia grato.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr. António Domingues, citando o objeto da Comissão de Inquérito, nas efetivas necessidades de capital e de injeção de fundos públicos na recapitalização da Caixa Geral de Depósitos está incluída a reavaliação de imparidades que foram anteriormente inscritas nos resultados de cada um dos anos, resultados esses já aprovados pela Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não tenho a certeza de ter percebido a pergunta. Importa-se de repetir?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pergunto-lhe se nas necessidades de capital está incluída a reavaliação de imparidades que estiveram registadas nos resultados e nas contas do banco em anos anteriores.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, já percebi a pergunta.

As imparidades que estavam registadas estão registadas nas contas. O que pode suceder num banco é que, apesar de um crédito estar provisionado com imparidades, o banco tentar recuperá-lo e, como costume dizer, vai até ao inferno para recuperar o crédito, porque é essa a obrigação fiduciária de quem gere um banco.

Mas as imparidades que foram constituídas estão constituídas. A sua pergunta é se as necessidades de imparidades adicionais estão contidas no aumento de capital proposto e a resposta é sim.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma vez que há novas imparidades relativamente a contas que já estavam aprovadas, pergunto se essas novas necessidades resultam da negligência da anterior Administração, de eventuais negligências da anterior Comissão de Auditoria, de eventual negligência do auditor ou se poderemos estar perante um exercício de *over impairment*, no sentido de criar uma almofada de gestão que permita as condições que o Sr. Doutor no início disse que gostaria de ter para a Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, a estimativa das imparidades é relativamente ao risco que neste momento a Caixa tem nos seus livros. Portanto, é esse exercício que está a ser feito, foi esse o exercício que foi feito e é esse exercício que será confirmado pelo Conselho de Administração.

As imparidades relativamente às mesmas exposições variam ao longo do tempo em função das expectativas de evolução dos mutuários, em função das expectativas de evolução do enquadramento em que os mutuários operam, em função da avaliação das garantias que existem e em função da experiência que se teve. Não faço nenhum juízo relativamente aos juízos que foram feitos anteriormente, mas como profissional tenho esse dever e essa obrigação. De resto, gostava de salientar que essa obrigação é sublinhada cada vez mais pela regulação. O BCE, que é o nosso supervisor, acaba de emitir *guidelines* muito restritos e muito específicos relativamente à avaliação de risco, à constituição de imparidades e à gestão do crédito em incumprimento. Portanto, foi esse exercício que fiz, é esse exercício que estou a fazer em conjunto com a minha equipa, em conjunto com as equipas da Caixa, e é desse resultado que darei expressão pública quando o Conselho de Administração o aprovar, nos termos normais a que estamos obrigados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Naturalmente que quando tivermos o valor dessa requalificação poderemos ponderar qual destas hipóteses, ou alguma delas, estava em causa ou não.

Uma vez que o tempo de que disponho está a terminar, queria colocar-lhe uma última questão, que tem a ver com a urgência da recapitalização.

Do ponto de vista político, a questão da recapitalização foi introduzida como necessária, urgente e até eventualmente já atrasada. Mais recentemente, vimos que havia a ponderação de uma hipótese de recapitalização em fases distintas e, portanto, de a recapitalização não se fazer de uma só vez. Pergunto-lhe se as necessidades de capital — e voltando ao objeto da Comissão — existentes neste momento na Caixa Geral de Depósitos determinam essa recapitalização única e urgente ou se, afinal, não

são tão graves e podem permitir uma recapitalização que seja feita em fases diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, só posso falar, digamos, pela minha intervenção neste processo. Fui abordado pelo Sr. Ministro das Finanças, que nunca tinha visto na minha vida, nem ao Sr. Secretário de Estado, no dia 19 de março, que me convidou para olhar para a hipótese de liderar a Caixa Geral de Depósitos. Pedi algum tempo para pensar, pedi algum tempo para analisar a situação e perceber o que se passava.

Ao fim de algumas semanas, o que constatei foi que, analisando os balanços da Caixa, que, de resto, conhecia como um dos principais concorrentes, havia necessidades de capital. Uma delas eram evidentes pela degradação dos rácios de capital da Caixa e pelas necessidades que a regulação está a impor, outras pela minha própria avaliação do que eram as métricas de risco que a Caixa tinha, quando comparadas com outras que tomei como referência.

Também constatei que a Caixa estava debaixo de um plano de reestruturação e debaixo do regime de ajudas de Estado, e também concluí que se porventura a Caixa voltasse a fazer um aumento de capital debaixo de ajudas de Estado, dada a entrada em vigor do regime de resolução, isso criaria um enorme problema para a Caixa, criaria provavelmente um enorme problema para o setor e provavelmente também para o País, porque, como sabem, desde o dia 1 de janeiro que as ajudas de Estado só podem ser feitas precedidas do chamado *burden sharing*. Portanto, escuso de me alongar sobre esta matéria. Nunca falei muito sobre isto porque achei que não o

deveria fazer, mas provavelmente essa até foi a minha principal motivação para aceitar o desafio.

Desde o dia 19 de março até ao dia 16 de abril, que foi o dia em que se tornou público que eu tinha aceitado o convite e que manifestei ao Governo a minha disponibilidade, tomei um conjunto de iniciativas, desde logo falar em Frankfurt e em Bruxelas, para saber em que condições e o que seria necessário fazer para que a Caixa se pudesse recapitalizar adequadamente fora do regime de ajudas de Estado.

Eu sabia que seria um projeto muito difícil, porque a Caixa tinha, naquela altura, resultados negativos há cinco anos e um trimestre, e estava debaixo de um plano de reestruturação sob um regime de ajudas de Estado que ainda duraria até ao final de 2017. Mas, das minhas diligências junto do BCE, em Frankfurt, e junto da DGComp, em Bruxelas, constatei que era possível desenhar um plano de recapitalização e um plano estratégico para a Caixa em que o aumento de capital pudesse ser feito de forma adequada e evitar o risco das ajudas de Estado. Nessa altura, transmiti ao Governo que tinha condições para poder prosseguir.

Aquilo que percebi, das minhas diligências, foi que havia um conjunto de condições que era necessário preencher. Em primeiro lugar, teria de haver um plano estratégico credível, um plano estratégico assente em cenários robustos e aceitáveis, que não vivesse, digamos, de ilusões de que as taxas de juro iriam subir ou de que o crescimento iria ser muito forte, mas um plano consistente.

Em segundo lugar, que a Caixa teria de ter um ajustamento de um modelo de governo que assegurasse independência profissional da gestão.

Em terceiro lugar, a Caixa teria de ter um esquema, uma política de incentivos e de remunerações compatível com o funcionamento de um banco. Porquê? Porque era a condição para passar o chamado teste do investidor privado, ou seja, o Estado português era autorizado a fazer um

aumento de capital da dimensão que fosse necessária – isto foi-me dito pelo Sr. Altenburg, na primeira reunião que tive com ele, salvo erro, no dia 7 de abril – desde que respeitadas estas condições, isto é, desde que o Estado português, pela sua ação, não perturbasse o bom funcionamento da concorrência, porque se atuasse de outra maneira, digamos numa situação de privilégio, é óbvio que... Aliás, os concorrentes acautelaram-se e moveram-se, como sabem, e, portanto, desde que preenchidas estas condições era possível fazê-lo.

Na minha opinião, isto tinha uma consequência: é que o aumento de capital da Caixa, a fazer-se, só podia fazer-se de uma vez.

Portanto, transmiti ao Governo, ao Sr. Ministro das Finanças, que foi quem me convidou, que o aumento de capital só se podia fazer de uma vez e tinha de ser feito preenchendo determinadas condições, porque se fossem preenchidas essas condições eu estava convencido que era possível negociar com a Comissão Europeia o *waver* das ajudas de Estado e suspender o plano de reestruturação atual, abrindo-se, assim, uma etapa nova.

Foi isso o que foi conseguido e foi para isso que trabalhei arduamente, digamos, desde o dia 16 de abril em particular. Entreguei a primeira versão do plano estratégico ao Governo, salvo erro, no dia 14 de maio; o Governo discutiu-o comigo durante cerca de duas semanas; no dia 2 de junho aprovou o plano e autorizou-me a que eu enviasse, em seu nome, à Direção-Geral da Concorrência e eu, nessa altura, pedi autorização para entregar também ao BCE e ao Banco de Portugal, entrega essa que não era obrigatória, uma vez que eles não tinham de se pronunciar sobre o plano, e no dia 13 de julho o plano estratégico, com praticamente nenhuma alteração, estava acordado com a DGComp.

Aliás, aproveito, porque esta é uma reunião pública, para fazer um elogio à equipa da DGComp, porque tenho visto muitas vezes referências na imprensa muito negativas à DGComp, às suas atividades e à forma como

atua e eu gostava de dizer – aliás, escrevi isso numa carta que enderecei ao Sr. Koopman – que tiveram uma atuação extremamente profissional, que tiveram um sentido de urgência, da necessidade de resolver a capitalização da Caixa, e a verdade é que um mês e 10 dias depois de o plano ter sido entregue havia uma negociação que, no plano técnico, estava acabada, sendo que apenas demorou mais algumas semanas a negociar a componente política, que era a decisão da Comissão das ajudas ou das não ajudas, que era uma questão crítica.

Penso que houve três fatores que levaram a esse arrastamento: em primeiro lugar, e desde logo, a crise em Itália, que suscitou uma realocação de recursos na própria DGComp; em segundo lugar, os concorrentes também fizeram algumas diligências, o que teve alguns efeitos e, portanto, tudo isso levou...

Mas esta negociação, contrariamente àquilo que, por vezes, foi dito na imprensa, foi feita num tempo recorde e teve uma outra característica que é muito importante: é que o Governo português conseguiu negociar a realização de um pré-acordo que, uma vez cumpridas as condições que foram acordadas, se transformará numa decisão. E isto, provavelmente, foi a primeira vez que se fez e foi também a primeira vez que se fez a recapitalização de um banco público desta dimensão no novo quadro de resolução.

Como já disse, o conseguir-se fazer-se a capitalização da Caixa nos termos em que está a ser feita não só tem o mérito em si mesmo de dotar o principal banco português de condições para continuar a cumprir a sua missão de gestor de cerca de 1/3 das poupanças das famílias – aliás, eu nunca me esqueço que é essa a primeira missão da Caixa, ou seja, a Caixa é um banco porque aceita depósitos embora também dê crédito, mas é, sobretudo, um banco porque aceita depósitos) –, mas, sobretudo, o facto de se ter conseguido negociar a recapitalização evitando o regime das ajudas de

Estado, com o que isso significava neste momento fosse para a Caixa, fosse para o setor, fosse para o País, penso que foi um resultado muito importante e muito positivo.

Aliás, confesso-lhe que, pessoalmente, foi a principal motivação que me levou, 27 anos após a trabalhar na instituição em que trabalhava, a aceitar este desafio nos termos em que aceitei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria ainda colocar uma questão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, tenho uma pergunta muito curta, que visa a organização da cronologia que vamos fazendo.

O Sr. Doutor lembrou aqui algumas datas: o convite a 19 de março; ter sido tornado público a 16 de abril que o tinha aceiteado; e a 14 de maio submeteu o plano ao Governo.

Coloco-lhe apenas uma pergunta para completar esta cronologia: quando é que o Sr. Doutor cessou formalmente as funções no BPI?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — A 16 de abril. No dia em que comuniquei ao Sr. Ministro das Finanças que tinha disponibilidade informei os meus colegas do conselho de administração do BPI, que, de resto, estavam ao corrente das diligências que estavam a ser seguidas, e nessa data deixei de participar em qualquer atividade do BPI; posteriormente, apresentei a

minha demissão, ou melhor, a resignação ao mandato que tinha, nos termos formais e de acordo com o que estava previsto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor António Domingues.

Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do PCP, dando a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostava de cumprimentar o Sr. António Domingues e pedir ao Sr. Presidente que, ao contrário do que fez na passada intervenção, mantivesse o tempo a contar, só para ser mais fácil de gerir.

Sr. Dr. António Domingues, obrigado pelos esclarecimentos que possa vir a prestar a esta Comissão e por aqueles que já prestou.

Tal como para o Sr. Presidente, para nós também é difícil distinguir entre aquilo que deve ser aqui colocado e o que deve ser abordado na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa. Aliás, quando este debate foi agendado, o PCP expressou essa posição, entendendo que seria preferível, tendo em conta o momento e as suas funções, fazer este debate, até pela sua natureza, na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, uma vez que a maior parte dos assuntos recairá no âmbito da fiscalização da atividade do Governo e das empresas que lhe são dependentes e não tanto no do inquérito parlamentar.

Ainda assim, há, de facto, esclarecimentos que também podem ser prestados nesta Comissão de Inquérito e tentaremos não fugir daquilo que tem sido o critério do Sr. Presidente no que toca ao âmbito da Comissão, com o que, aliás, concordamos.

Gostava, em primeiro lugar, de dizer que – e julgo que a conhecerá – a perspetiva com que o PCP tem vindo a encarar a situação da Caixa Geral de Depósitos e as medidas anunciadas é a de aceitação de uma

recapitalização e de uma reestruturação para o fortalecimento da Caixa enquanto pilar fundamental do sistema financeira português e jamais para o seu enfraquecimento ou fragilização e, muito menos, para a sua contração no sentido de fazer com que o dinheiro que venha a ser injetado na Caixa seja, na verdade, uma ajuda de Estado ao restante setor financeiro para que se aproveite da diminuição da quota da Caixa.

Isto significa, do ponto de vista do PCP, que nenhum plano de capital ou plano de reestruturação pode ter como objetivo a contração da atividade da Caixa, nem a redução da sua importância no setor financeiro nem no financiamento à economia; pelo contrário, mais capital deve corresponder a uma Caixa mais presente, mais presente na vida dos portugueses, mais presente na economia, mais robusta e mais sólida.

Este é o ponto de partida e, portanto, as perguntas que lhe farei também não deixam de estar ancoradas nesta perspetiva.

Estive a ouvir atentamente as respostas que deu ao Sr. Deputado João Almeida e é evidente que o plano de reestruturação que foi aprovado, tanto quanto me lembro, em 2013, o anterior plano de reestruturação, previa uma determinada evolução das taxas de juros, uma determinada evolução da economia portuguesa e da economia europeia, e, ao ver cair por terra todas essas previsões, é evidente que esse plano de reestruturação fica também inconsequente pelo cenário que previa e que não se verificou, nomeadamente em termos de taxas de juro, do crescimento da economia e do retorno de capital que não se vieram a verificar.

Mas o plano, além de assentar nesse cenário, tinha um conjunto de compromissos que o anterior Governo tinha assumido perante as instituições europeias. E quando olhamos para esses compromissos – e, agora, vemos aqui o PSD e o CDS, muitas vezes, a espernearem em torno de algumas das coisas que se ouvem sobre o novo plano de reestruturação – e para o plano de reestruturação com que o PSD e o CDS se tinham comprometido nas

instituições europeias, o que vemos é que, em alguns casos, era exatamente igual àquilo que agora dizem criticar.

A questão é a de saber se isso foi ou não cumprido e se o eventual incumprimento desse plano de reestruturação pode ter agravado a situação da Caixa ou se, pelo contrário, isto não está relacionado. A forma como o anterior Governo lidou com o problema, porque percebeu-se muito rapidamente que as taxas de juro não iam ter aquela evolução e que a economia portuguesa também não ia ter a evolução prevista, e a forma como deixou andar este problema até 2015 sem nenhuma intervenção terá tido resultados sobre as necessidades de capital?

Por exemplo: o Governo anterior comprometeu-se com a cobrança e a venda de ativos do antigo BPN no sentido de, até ao final de 2017, recuperar cerca de 5000 milhões de euros do total desses ativos. Pergunto: nas necessidades de capital atuais ou nas imparidades atuais pesa alguma desta parte?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — A resposta é não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, podemos estar seguros de que até 2017 o BPN vai render à Caixa 5000 milhões de euros?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, a minha resposta é que não encontrei nenhuma necessidade de capital na Caixa que derivasse de qualquer operação relacionada com o BPN.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, até 2017, a Caixa vai poder reaver o capital, os cerca de 5000 milhões, de acordo com o documento entregue à Comissão Europeia?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Aquilo que julgo saber é que os créditos que a Caixa tem e que têm origem nessa operação são créditos garantidos pelo Estado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois!... Por isso é que não é preciso «imparizar», não é? Se são garantidos pelo Estado alguém os paga, não é? Geralmente nós... Portanto, não é preciso registar a imparidade.

O anterior Governo comprometeu-se a encerrar toda a atividade de retalho em Espanha. Comprometeu-se a vender o portfólio não nuclear da Caixa, em cerca de, se não estou em erro, 10 a 20 000 milhões de euros, comprometeu-se, inclusivamente, a encerrar cerca de 150 balcões, comprometeu-se a reduzir um mínimo de 10% dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos e comprometeu-se a encerrar 50% dos balcões da operação em Espanha.

Estes compromissos do anterior Governo perante a Comissão Europeia foram cumpridos? Evidentemente que não estou a expressar qualquer opinião sobre a bondade destes compromissos, que, aliás, na altura, o PCP deixou claro não apoiar, a questão é a de saber se estes compromissos foram cumpridos e em que medida.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, eu não lhe responder com a precisão que a pergunta do Sr. Deputado exige, porque, confesso, o trabalho que fiz até agora foi o de analisar a atual realidade da Caixa e como é que ela se projeta no futuro.

Confesso que não tive necessidade nem foi necessário estar a analisar o plano anterior, os eventuais compromissos e o grau de realização dos mesmos. Quer dizer, conheço a realidade da Caixa tal como ela existe hoje e posso dizer-lhe que existe um plano estratégico que está a ser transformado num plano operacional e que o Conselho de Administração irá aprovar as

suas iniciativas, mas não lhe sei responder com precisão à pergunta que me colocou.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Dr. António Domingues, esta pergunta era apenas para percebermos.

O anterior Governo apresentou um plano draconiano para a Caixa, de redução de, praticamente, toda a sua atividade, de redução do número de trabalhadores, de redução do número de balcões, de encerramento das operações em Espanha, de venda de, praticamente, todos os ativos, incluindo a Caixa Seguros, que foi, de facto, alienada, e, ao não se verificar nenhum dos pressupostos do cenário macroeconómico e das taxas de juro, a questão que se coloca é a de saber se o Governo atuou a tempo ou não.

É claro que essa não é uma pergunta que lhe possa fazer, ou, melhor, é uma pergunta à qual compreendo que não consiga responder, mas, tendo em conta estes dados que lhe dei – e esta é uma pergunta sobre a sua opinião, não tanto relativa a factos, e terá isso em conta, evidentemente –, tendo em conta estes compromissos do anterior Governo, que são apenas alguns dos compromissos que estão firmados nesse plano de reestruturação entregue à Comissão Europeia, o não cumprimento de um plano de reestruturação entregue em 2012 e aprovado em 2013 poderia ter implicações nas necessidades de capital atual? Ou seja, se o Governo anterior, para ter uma autorização de Bruxelas para proceder à recapitalização sob o regime de ajudas de Estado, nomeadamente com uma parte em capital contingente, teve de apresentar um plano de reestruturação que previa um conjunto de orientações, o facto de essas orientações não serem cumpridas teria impactos negativos na atual situação da Caixa Geral de Depósitos?

É que o anterior Governo, ao que parece, assumiu um plano muito mau para a Caixa Geral de Depósitos, acabou por tentar empurrar com a barriga para a frente e agora vem criticar o atual Governo por estar, infelizmente, a

retomar alguns daqueles pressupostos. Tudo faremos para que assim não seja, mas esta era uma questão que lhe deixava.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Domingues, tem a palavra.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, mais uma vez, voltaria ao que já disse, ou seja, a minha preocupação e o meu enfoque foi perceber, entender e analisar, com o máximo rigor que sabia e podia, a situação da Caixa e projetar aquilo que penso que tem de ser o futuro, ou seja, preparar um plano. Confesso que não tive em consideração esses aspetos.

A realidade da Caixa é o que é e é o resultado de um conjunto de decisões e de um conjunto de circunstâncias, como tentei explicar na minha primeira intervenção. Seguramente, haverá decisões de gestão que influenciaram, digamos, a situação da Caixa, como em qualquer entidade, mas não foi a minha preocupação principal estar a ver isso.

Confesso que não lhe sei responder em detalhe. A minha preocupação foi fazer um diagnóstico do que era a situação da Caixa, o que é o atual enquadramento regulatório e de mercado e ver quais eram as necessidades de capital, por um lado, e, por outro, o que é que é necessário fazer, do ponto de vista económico para que a equação da Caixa cumpra com aquilo que é esperado. É isto que lhe posso dizer nesta altura.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Sr. Presidente, começo por cumprimentar todos, em especial o Dr. António Domingues, a quem desejo,

naturalmente, as melhores felicidades nas importantes funções para o sistema bancário português que acabou de assumir.

Sr. Doutor, percebemos que foi convidado no dia 19 de março. Quando é que aceitou o convite?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — No dia 16 de abril.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — O dia 16 de abril é o dia em que foi tornado público, através dos jornais, que seria o Sr. Dr. António Domingues a exercer essa função. Comunicou ao Dr. José de Matos antes?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, não comuniquei ao Dr. José de Matos que aceitei.

O Dr. José de Matos é meu amigo há muitos anos, fomos colegas no Banco de Portugal no início dos anos 80. No dia 20 de março, de manhã, fez o favor de vir a minha casa para conversarmos, porque o Sr. Ministro me tinha chamado, para grande surpresa minha, no dia anterior. Pareceu-me que era normal, razoável e leal ter uma conversa com ele e foi isso que fiz.

Nessa altura, ainda não tinha aceitado, estava a ponderar um desafio que me tinha sido posto e essa conversa foi bastante útil. Aliás, foi a primeira de muitas conversas que tive com ele, mas, nessa altura, não tinha aceitado rigorosamente nada.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Nesse período, que ainda são algumas semanas, negociou condições com o Governo, nomeadamente sobre o modelo de governação, remunerações do conselho de administração, composição da equipa, natureza da reestruturação e necessidades de capital?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Costa Neves, não se importa de reformular a sua pergunta, porque, manifestamente, tal como está, não tem a ver com o objeto da Comissão.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Sr. Presidente, queria saber se foram postas condições prévias.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — E a alínea *c*) do projeto?

O Sr. **Presidente**: — O requerimento tem a ver com a avaliação dos órgãos de gestão da Caixa...

Protestos do Deputado do PSD António Leitão Amaro.

... não com a avaliação de quem não era, na altura, membro dos órgãos de gestão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Deputado António Leitão Amaro ia dizer, certamente, o que eu vou dizer.

Sr. Presidente, voltamos ao mesmo e, desta feita, a propósito de um assunto completamente diferente. Felizmente, já não estamos a discutir o que entra no processo de capitalização ou não.

É que, além da alínea *c*), como dizia o Deputado António Leitão Amaro, no aparte que fazia e com bastante acuidade, julgo eu, não só incumbe a esta Comissão de Inquérito apreciar a atuação dos órgãos societários da Caixa Geral de Depósitos mas também da tutela.

Ora, para apreciarmos a atuação da tutela, é evidente que estas perguntas recaem, peço-lhe imensa desculpa, Sr. Presidente, no objeto da

Comissão, porque é necessário saber que relacionamento é que houve na tutela até à efetiva tomada de posse do Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. **Presidente**: — Por isso é que dizia, e mantenho o que disse, que uma coisa é formular perguntas que têm a ver com o comportamento da tutela, outra coisa tem a ver com formular perguntas... Por isso é que disse que há maneiras e maneiras de formular perguntas. Uma coisa é pedir à tutela explicações, outra coisa é pedir a alguém que, na altura, não tinha nenhuma função...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Se se relaciona com a tutela, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Por isso é que digo: há maneiras e maneiras de formular a questão.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Pedia ao Sr. Presidente que não contasse a dobrar o tempo de cada vez que tenho de reformular uma pergunta. Senão, nem 15 minutos!

Risos.

A questão é esta: durante esse período, ficou combinado que o senhor apresentaria condições quanto ao modelo de governação, à remuneração do conselho de administração, à composição da equipa, à natureza da reestruturação e ao montante das necessidades de capital? Ficou combinado que apresentaria uma proposta de plano estratégico?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — A resposta é simples, Sr. Deputado, é sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Quanto ao modelo de governação, a solução de acumulação de *chairman* e CEO, conselho de administração e comissão executiva, é proposta por si ou é iniciativa do Governo? Se foi proposta por si, foi porque não gostou da experiência do modelo BPI ou por qualquer outra razão?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, a resposta é simples. É a primeira formulação que o Sr. Deputado fez, ou seja, o Sr. Ministro convidou-me para as funções de *chairman* e CEO.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Portanto, é o Governo que não gosta de pesos e contrapesos, que não gosta de *checks and balances*. Muito bem.

Em relação à remuneração, a necessidade de alterar a lei é iniciativa do Governo ou faz parte das suas propostas?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, como disse há pouco, antes de chegar ao dia 15 ou 16 de abril, quando foi tornado público, fiz uma análise detalhada e ponderada para ver se tinha, ou não, condições para aceitar o desafio. Quando fui convidado, podia tomar uma de duas atitudes: aceito, vou ver como é e depois logo se vê, ou, então, ponderava, analisava e via a fundo.

Nessa altura, pedi, aliás, ao Governo que me organizasse três reuniões, uma em Frankfurt, uma em Bruxelas e outra com o Sr. Governador do Banco

de Portugal — as entidades da tutela e da supervisão e, além disso, a DGComp — para saber o quadro em que me podia mexer.

Também tive ocasião de dizer que estaria disponível, na medida em que fosse possível recapitalizar a Caixa fora de ajudas de Estado, porque se fosse com ajudas de Estado não aceitava o convite.

Nas minhas diligências, em Bruxelas e em Frankfurt e com o Sr. Governador do Banco de Portugal, portanto, reuni um conjunto de conclusões que me levaram a transmitir ao Governo quais eram as condições necessárias para que a recapitalização se pudesse fazer. Nessa altura, tinha uma estimativa, ainda por alto, do que eram as necessidades. Aliás, ainda vou precisar de fazer um trabalho sério, vou precisar de ajuda para o fazer e em devido tempo vou obtê-la.

Mas, disse-lhes: temos de ser capazes de apresentar um plano estratégico credível, assente num cenário macroeconómico prudente. Olhando para a Caixa, há um tema de necessidade de capital, mas há um problema económico, há um desajustamento de custos *versus* a capacidade de geração de receita. Do diálogo com Bruxelas também resultou que era necessário cumprir o chamado «teste do investidor privado». De outra maneira não seria possível fazer a recapitalização fora da ajuda de Estado.

O que é que isso significava? Significava três coisas: uma delas era que tinha de haver um plano e a segunda era que o modelo de governo tinha de assegurar a independência da gestão, *accountability*, como é óbvio, mas independência. Na gíria de Bruxelas, íamos afastar a influência política da decisão diária da gestão de caixa. Posso explicar por que é que propus o modelo que propus e não outro, com detalhe, se os Srs. Deputados quiserem.

Em terceiro lugar, a Caixa tinha de ter uma política de remunerações e incentivos compatível com um banco que opera em concorrência. Mais uma vez, não é possível gerir uma entidade em concorrência sem ter, digamos, as condições que os concorrentes têm. Senão, de duas, uma: ou

recorrentemente o acionista tem de meter capital para suprir as insuficiências ou, então, as coisas não correm bem.

Portanto, foi nesse quadro que disse ao Sr. Ministro das Finanças que estava disponível para aceitar e, nessa altura, desde logo, lhe formulei o que achava que eram as linhas gerais destas três componentes. Nessa base, o Sr. Ministro disse-me que o Governo estava de acordo e, nessa altura, formulei a minha aceitação de princípio e comecei a trabalhar. Desvinculei-me do BPI, como disse, na data que já referi. Foi isso que foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Sr. Presidente, como sabe o Grupo Parlamentar do PSD não concorda com leis dedicadas, acha que elas devem ser genéricas e abstratas, portanto, uma alteração específica na lei para contemplar esta situação é algo com que não concordamos.

Suponho que estará no objeto da Comissão saber se já sabe qual é que vai ser a remuneração, ou seja, se a remuneração é diferente de anteriores elementos com as mesmas funções.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Dado que não havia remuneração para as mesmas funções, a resposta é simples!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, o que lhe posso dizer sobre isso é o seguinte: também dentro das regras de governo da Caixa, passou a haver uma Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia-Geral, portanto, independente do Conselho. Existe uma Comissão de Avaliações e de Remunerações dentro do Conselho, mas quem tem,

digamos, a capacidade para decidir remunerações dos órgãos sociais é uma comissão que foi eleita em Assembleia-Geral.

Essas remunerações foram decididas pela Comissão de Remunerações recentemente e o que lhe posso dizer é que estão em linha com o que é a prática do mercado e que serão públicas, como é óbvio e normal, numa empresa como a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Portanto, podemos concluir que há, realmente, uma atualização de remunerações. Mais uma vez, gostaria de manifestar a nossa opinião de que dificilmente isso, na nossa perspetiva, é compatível com duas coisas: primeiro, com o enorme esforço do erário público, 5000 milhões de euros, e, segundo, com despedimentos que parecem ir atingir 1/3 da força de trabalho da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Galamba** (PS): — 5000 milhões de euros? Essa é nova!

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Quanto à equipa, o Sr. Dr. António Domingues escolheu-a?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Escolhi, com certeza.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Digamos que os 19 elementos que passaram para 11, os 7 mais 4, são elementos escolhidos por si. Sente-

se confortável com a exigência do BCE de pôr em formação três elementos da sua comissão executiva?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, os membros que constituem os órgãos sociais da Caixa Geral de Depósitos foram propostos por mim ao Governo, que os aceitou, e convidei-os, como é normal numa empresa como a Caixa Geral de Depósitos.

Relativamente às relações entre a Caixa e o seu supervisor, entendo que são confidenciais, não as comento e, portanto, perdoe-me que não diga nada.

O que lhe posso dizer é que estou muito satisfeito, agora como antes, e hoje ainda mais, depois de três semanas, quase um mês, na Caixa Geral de Depósitos, com a prestação da equipa que levei, que é muito experiente, que tem muita experiência de gestão e de atividade bancária. A formação, de qualquer maneira, é sempre uma coisa positiva, não vejo isso como negativo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Costa Neves, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Sr. Presidente, o Sr. Dr. António Domingues deixou as suas funções no BPI em que data?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Deixei de participar, digamos, na vida do BPI a partir do dia 16 de abril, se não me engano. Foi a 15 ou 16 de abril, na data em que comuniquei ao Sr. Ministro das Finanças e ao meu presidente que tinha decidido aceitar o convite. A partir dessa altura, deixei de ter qualquer função no BPI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Mas, Sr. Doutor, renunciou ao seu cargo no BPI a 30 de maio.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não. Quando entreguei a carta já era o mês de maio, portanto, formalmente aconteceu em maio, pela simples razão de que estava... Não lhe sei explicar por que é entreguei a carta em maio e não imediatamente em abril, mas não me pareceu que isso fosse um assunto da maior importância.

O que é facto é que deixei de ter atividade e funções e de participar nos órgãos em que participava no Banco, como, aliás, não podia deixar de ser. O próprio BPI não me deixaria comportar de outra forma, mesmo que eu quisesse, a partir da data em que formalmente comuniquei ao Sr. Ministro das Finanças que aceitava e que comuniquei, previamente, ao presidente do meu banco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Costa Neves, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Esta insistência tem a ver com o facto de entendermos que não seria desejável este período de coincidência entre meados de abril e fins de maio em duas instituições que são concorrentes entre si. Daí insistir.

O Sr. Dr. António Domingues entregou uma carta de demissão. É acompanhado por administradores que vêm do BPI. Eles tomaram idêntica atitude?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não há nenhum administrador do BPI que me acompanhe. Há elementos da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos que eram quadros do BPI, mas não administradores...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, não me leve a mal, mas tem de ser um bocadinho mais...

O Sr. Dr. **António Domingues**: — ... do BPI, e tomaram a decisão de se demitirem das suas funções a partir do momento em que tiveram um convite firme da minha parte para poderem juntar-se à equipa da Caixa Geral de Depósitos, e pediram a demissão, pura e simplesmente, enquanto colaboradores do banco.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Portanto, neste momento, não há qualquer relação entre os administradores da Caixa e o BPI. Não estão de licença sem vencimento, não se prevê o seu regresso ao BPI?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não, Sr. Deputado. Todos os colaboradores do BPI que foram convidados e que passaram a integrar o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e a sua Comissão Executiva pediram a demissão de quadros do BPI.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Voltando às necessidades de capitalização, retomo as audições do ex-presidente José de Matos e do Governador do Banco de Portugal, em que insistimos bastante com as necessidades, e, de resposta em resposta, chegou-se a um valor da ordem dos 2,5 mil milhões de euros.

A certa altura, o Governador do Banco de Portugal dizia que essas necessidades de capitalização tinham muito a ver com as necessidades

efetivas, dos rácios que tinham de cumprir e com a ambição do acionista. Quer isto dizer, esta duplicação, que a ambição é alta?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Eu acho que a ambição é aquela que a Caixa precisa de ter para cumprir a sua missão.

Relativamente ao aumento de capital, gostava de chamar a atenção que, embora o valor total de fundos próprios que a Caixa vai ter, do ponto de vista regulamentar, ronde esses valores, ele tem várias parcelas, e o que está previsto de aumento de capital em *cash* novo é até 2,7 mil milhões de euros; 900 milhões mais os juros corridos é a conversão de CoCo; 500 milhões de euros é capital que já está na Caixa mas que não contava para efeitos regulamentares, o que corresponde a uma technicalidade, é uma participação que a Parública tem na ParCaixa, que, por razões que têm a ver com as novas regras do cômputo do rácio de solvabilidade, não contava para o capital e, portanto, esse capital é incorporado; em cima disso, a Caixa, como outros bancos europeus, vai complementar os seus fundos próprios com instrumentos híbridos, *additional tier 1* ou outro qualquer que o mercado esteja disponível para fazer.

Portanto, isto é que soma a totalidade, mas o esforço financeiro imediato do acionista é, no máximo, de 2,7 mil milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Deixei o Sr. Dr. António Domingues responder porque acho que temos de ter alguma racionalidade nestas coisas. É que se eu fosse a interpretar, até ao limite, o objeto da comissão de inquérito diria que não podia responder o que respondeu.

No limite dos limites, se eu interpretar o que devia, que era que o plano de recapitalização está fora do objeto da Comissão, não podia deixá-lo pronunciar-se sobre nada, mesmo sobre aquilo que está no domínio da

comunicação social, o que seria absolutamente ridículo e por isso é que o deixei responder.

Sr. Deputado Hugo Soares, as coisas são o que são...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Eu nem falei!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não fui eu quem fez o objeto da comissão de inquérito, devo confessar...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Por que é que está a dirigir-se para mim?

O Sr. **Presidente**: — Porque o Sr. Deputado estava a olhar para mim com um ar assim um bocadinho duvidoso...

Não sou auditor jurídico da Assembleia da República, não concordo com o parecer do auditor jurídico, não sou Presidente da Assembleia da República e foi o Sr. Presidente da Assembleia da República quem tomou a decisão, mas, a mim, compete-me cumpri-la, mesmo que não concorde com ela...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Exatamente.

O Sr. **Presidente**: — E a verdade é que se está fora do objeto a capitalização, então, qualquer referência, mesmo que seja a montantes,...

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Isso tem a ver com as necessidades de capitalização.

O Sr. **Presidente**: — Isto não é necessidade de capitalização, isto é a parcela de capital que está no plano...

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Mas tem a ver com a necessidade de capitalização...

O Sr. **Presidente**: — Mas para não cairmos no ridículo de não podermos falar aqui de coisas que são do domínio público, queria explicar à Comissão, porque gosto de ser coerente na forma como dirijo os trabalhos, por que é que permiti que o Sr. Doutor respondesse a uma coisa que, sendo do domínio público, seria ridículo que lhe ter permitido responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Sr. Presidente, reconheço a sua dificuldade e, certamente, o Sr. Presidente reconhece a minha.

O Sr. **Presidente**: — Como é óbvio!

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — E eu tenho à minha frente não só o título da Comissão de Inquérito como a alínea *a*) e vou tentando atermo a isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, somos dois!

Sr. Deputado, eu até tenho o texto original devidamente riscado nas partes que foram suprimidas!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu vou mais longe, tenho o *Diário da Assembleia da República*.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado Carlos Costa Neves.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Eu até copieei!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Costa Neves, não me interprete mal...

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Não!

O Sr. **Presidente**: — Este último comentário que eu fiz não tem rigorosamente nada a ver com a sua intervenção, tem a ver com a necessidade que sinto de explicar à Comissão por que é que permiti a resposta do Sr. Dr. António Domingues.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Quanto às necessidades de capitalização, que parte é por imposição regulamentar?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — A resposta direta e precisa a essa pergunta não consigo dar-lha agora, sendo que posso fazer uma estimativa e fazê-la chegar depois, mas o que eu lhe digo é que a Caixa Geral de Depósitos, para cumprir com a sua missão, tem de ter rácios de *core tier 1* e não *phasing in*, portanto *full implemented*, em torno dos 12,5%.

É para este objetivo que caminha e, portanto, se quiser, essa é a restrição regulamentar/de mercado, porque, neste momento, um banco da dimensão da Caixa, com a importância que tem no setor, não pode estar fora do mercado e seria um erro do ponto de vista estratégico gerir o capital da Caixa encostado aos mínimos regulamentares, e, em segundo lugar, seria um

risco condicionar a Caixa a ter de recorrer a capital adicional nos próximos tempos, dado o enquadramento que referi relativamente à margem de manobra do acionista Estado relativamente à Caixa Geral de Depósitos no enquadramento da resolução europeia. Era um risco que acho que não devia correr.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — É do domínio público que foi apoiado por consultores, pela McKinsey, e por um escritório de advogados. Foi o Sr. Dr. António Domingues que os escolheu? Quando é que escolheu, com base em que critérios, para quê, o que fizeram, com que dados, quem pagou?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, a escolha dos consultores para trabalharem comigo foi minha e foi baseada na minha experiência e na minha avaliação do que seriam as necessidades para fazer um plano estratégico compatível com uma negociação que eu sabia que era muito difícil em Bruxelas e com o apoio jurídico para apoiar essa negociação.

Conheço a Mckinsey e o Dr. Francisco Sá Carneiro, a sua equipa, trabalho com eles há muitos anos, tenho confiança no seu trabalho e a prova é que o resultado demonstra que a escolha foi bem-feita.

Fui eu que os contratei e informei disso o Sr. Ministro das Finanças, informei o Banco de Portugal, informei a DGComp e informei o BCE, com quem, de resto, eles interagiram durante os meses em que estivemos a trabalhar.

Relativamente ao pagamento, escrevi uma carta ao Sr. Ministro das Finanças, no final de agosto, já concluído este processo, dizendo que entendia que o pagamento dos consultores deveria ser feito pela Caixa Geral de Depósitos, pois estive a fazer com estas equipas um trabalho que,

naturalmente, a Caixa devia, em condições normais, fazer e, como sabem, o próprio presidente da Caixa, quando aqui esteve, referiu que tinha deixado de fazer qualquer trabalho relativamente à capitalização a partir de março.

Portanto, foi isso que propus; o Sr. Ministro das Finanças já me deu a sua anuência, mas eu levarei isso ao Conselho de Administração da Caixa numa próxima reunião, onde eu não votarei porque entendo que tenho um conflito de interesses nessa decisão.

De qualquer maneira, quer o escritório do Dr. Francisco Sá Carneiro quer a McKinsey, são empresas sobejamente conhecidas, com *track record* e com práticas de remuneração dos seus trabalhos que são *standard*, e, portanto, à partida, quando os contratei, não sabia se ia precisar de um mês, se ia precisar de dois meses e, num certo sentido, até corria o risco pessoal, porque, porventura, o processo negocial podia não correr bem e eu incorria numa responsabilidade de lhes pagar, o que faria em qualquer circunstância, porque como costume dizer, e como dizia o meu avó materno, a minha palavra é um contrato e, portanto, não precisava de ter um contrato escrito para o fazer.

Foi isto que foi feito, foi desta maneira que o fiz, foi desta maneira que as coisas se passaram e, do meu ponto de vista, bastante bem.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Gostaria de sublinhar que o Sr. Ministro das Finanças disse nesta Comissão que não era nem o Governo nem a Caixa Geral de Depósitos a pagar este estudo e, portanto, era bom confirmar isto.

Outra questão que também gostaria de sublinhar, neste momento, é a seguinte: o Sr. Presidente conhece e fez o favor de nos enviar as respostas da Caixa Geral de Depósitos aos pedidos de elementos que fazemos e eu constato e concluo que nós, Deputados, nomeadamente nesta Comissão de Inquérito, não temos direito a receber esses elementos dado o sigilo bancário,

mas toda a gente trabalhou neles num período transitório, enquanto ainda não havia nova administração da Caixa. Portanto, sublinho e tomo nota deste aspeto.

O Sr. Dr. António Domingues alguma vez considerou a hipótese de utilizar a via contrária para não se demorar cinco meses à espera de uma nova administração? Ou seja, primeiro aceitar e, depois, fazer as propostas de plano estratégico?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não, Sr. Deputado. Não considerei essa hipótese e transmiti ao Governo que não devia considerar essa hipótese. Aliás, como já disse anteriormente, eu não considerava a hipótese de ir para a presidência da Caixa Geral de Depósitos no âmbito de uma operação de capitalização com ajudas de Estado.

Bom, não sei se posso comentar uma observação que o Sr. Deputado fez, mas gostava de o fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sim, pode, pode.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Eu não tive, em nenhum momento, acesso a nenhuma informação confidencial da Caixa que violasse o sigilo bancário. Tive informação da Caixa que é pública, informação de relatórios e contas e de outros formatos em que a Caixa divulga informação e, em cima disso, através do acionista e de forma protocolada, a administração da Caixa forneceu-me esclarecimentos e informações adicionais que, já agora, no caso do BPI não eram necessárias. Aliás, se o relatório de contas da Caixa fosse tão completo quanto o do BPI, eu não precisava de fazer essas perguntas, mas havia aspetos que eu precisava de perguntar, mas de natureza geral.

Não tive acesso, nem precisava, a nenhuma informação confidencial nem a informação protegida pelo sigilo bancário para fazer um plano

estratégico. Nem me passava pela cabeça tê-la, nem, porventura, a administração da Caixa, que lá estava consentiria que isso acontecesse e, portanto, não houve nenhuma informação confidencial.

De todo o modo, a informação que foi prestada protocoladamente, através do Ministério das Finanças, existe num *dossier* que está devidamente organizado e se, porventura, os Srs. Deputados quiserem tomar conhecimento dele poderão fazê-lo, não terei qualquer problema com isso.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Seria, realmente, muito interessante que esta Comissão de Inquérito viesse a ter conhecimento do plano estratégico apresentado.

A nossa preocupação com este período que mediou, e eu estive tanto tempo debruçado sobre isto, tem a ver com uma questão simples: é que quando olhamos para os relatórios da Caixa, para os elementos de informação da Caixa, verifica-se que no primeiro semestre de 2016 a Caixa perdeu 1,6 mil milhões de euros. Isto terá alguma coisa a ver com esta demora de a nova administração entrar em funções?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não creio que a Caixa tenha perdido 1,6 mil milhões de euros. A Caixa não perdeu 1,6 mil milhões de euros. Os depósitos da Caixa, dos clientes particulares e empresas, cresceram e a variação nos depósitos totais teve... Isso tem a ver com depósitos de institucionais. Os depósitos de clientes bancários da Caixa durante este período continuaram a crescer.

Deixe-me explicar o seguinte: a contabilidade, na rubrica depósitos, tanto contempla os depósitos dos particulares, como os depósitos de empresas, como os depósitos de institucionais, designadamente seguradoras.

O que que lhe posso dizer, sem entrar em detalhes, é que havia na passagem do ano depósitos muito relevantes de institucionais que em junho

não estavam na Caixa. Relativamente àquilo que é o negócio *core* da Caixa, os seus clientes particulares e empresas, não houve decréscimo de recursos nem decréscimo de depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Costa Neves, há pouco quando respondi às interpelações que foram feitas, esqueci-me de desligar o cronómetro e, portanto, vou dar-lhe mais 30 segundos, se ainda pretender colocar alguma questão.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Efetivamente essa redução de 1,6 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2016 consta da página 17, mas, depois, poderemos voltar a este assunto.

Finalmente, pergunto: o que é que afinal está adquirido quanto às necessidades de capitalização e reestruturação da Caixa? É que, de acordo com o Conselho de Ministro, vai ser feita ma auditoria, de acordo com declarações do Sr. Ministro das Finanças essa auditoria é necessária para definir as necessidades da Caixa, mas, ao mesmo tempo, está tudo nos jornais e são 5000 milhões de euros. Quer dizer, o que é que está adquirido e o que é que não está adquirido?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sobre o tema dos 5000 milhões, já tive ocasião de explicar as diferentes componentes e o que é capital novo e o que não é capital novo.

O que está a ser feito pelo Conselho de Administração, com o apoio do auditor da Caixa, é um exercício rigoroso, em conjunto com todas as equipas de avaliação, das necessidades de imparidades acionais para confirmar se o valor que estimei com a minha equipa, a partir de fora, está correto ou não, porque o valor pode ser igual, inferior ou superior. É esse

trabalho que está a ser feito, porque é da responsabilidade do Conselho de Administração determinar em cada momento quais são as necessidades de imparidades. É uma obrigação que o Conselho de Administração tem e é isso que está a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma última questão.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Sr. Presidente, se me permite, colocarei duas perguntas em conjunto.

A primeira pergunta é se já está escolhida a entidade que fará essa auditoria, se já iniciou funções e se é a Mckinsey ou outra entidade qualquer.

A segunda pergunta é se a atual administração da Caixa Geral de Depósitos teve alguma ação junto das entidades judiciais que tenha levado à investigação, que está a ser feita e de que se sabe agora, de um eventual crime de gestão danosa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, relativamente aos auditores, devo dizer que o auditor da Caixa é a Deloitte, que é quem está a apoiar o Conselho de Administração no trabalho de avaliação e confirmação, ou não, das estimativas das necessidades de imparidades.

Em relação à referência que fez às autoridades judiciais, tive conhecimento pelos jornais e, fora disso, não sei rigorosamente mais nada. O Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos não tomou nenhuma iniciativa nesse domínio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Costa Neves, deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD) — Sr. Presidente, era para esclarecer que aquilo a que me estava a referir, e que daria com gosto ao Sr. Dr. António Domingues, é o comunicado do Conselho de Ministros, de 23 de julho de 2016, que diz que «incumbirá a nova administração da Caixa de proceder à abertura de uma auditoria independente a atos de gestão da CGD praticados a partir de 2000». Referia-me a isto, não ao habitual consultor da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Neste momento, não fui formalmente incumbido de fazer nenhuma auditoria. Tenho notícia dessa decisão.

Tive ocasião, aliás, de falar sobre isso com o Sr. Governador do Banco de Portugal. Também tive conhecimento, e, por essa razão, pedi uma audiência ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que a Assembleia da República tinha deliberado, salvo erro, no princípio de agosto, recomendar ao Governo que promovesse a realização de uma auditoria forense.

Já tive ocasião de falar também com o Sr. Governador que entende que sendo auditorias específicas relativamente ao passado, e tendo, até, natureza de auditorias forenses, essas auditorias da recomendação da Assembleia da República deviam ser feitas sob o comando e o controlo do Banco de Portugal, o que me parece a forma institucionalmente mais adequada de o fazer.

Tive ocasião de dizer isso ao Sr. Governador há umas semanas, quando lhe pedi uma audiência, antes de entrar na Caixa, mas, enfim, desde

essa altura, confesso que tenho estado bastante ocupado a trabalhar. É este o comentário que lhe posso fazer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo.

Pausa.

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa, no fundo, para pedir a distribuição de um documento e, ao mesmo tempo, para dar oportunidade ao Sr. Dr. António Domingues de se poder pronunciar sobre ele, porque julgo que poderá ter sido até de forma involuntária...

O Sr. Vice-Presidente, quer dizer alguma coisa?

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — É uma interpelação à Mesa. Acho que a deve acabar. Se eu quiser falar, a seguir, peço a palavra.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Como manifestou a intenção de pedir a palavra, foi por isso que o interpelei.

Sr. Presidente, dizia, então, que, como sabe, temos vindo a dizer — e foi, de resto, um dos motivos que levou a que o Partido Social-Democrata e

o CDS pedissem potestativamente esta Comissão de Inquérito — que a gestão na praça pública do processo de mudança de administração da Caixa Geral de Depósitos e das necessidades de capitalização estava, na nossa opinião, a ser feita com grande descuido por parte do Governo e isso provocaria, evidentemente, uma perda de confiança por parte dos clientes da Caixa Geral de Depósitos que era importante travar e estancar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, qual é a interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, vou já fazê-la, mas sem fazer o enquadramento é mais difícil. É só por causa disso que fiz este enquadramento, porque esta nossa posição é demais conhecida, não estou a fazer nenhum número para a comunicação social.

O relatório da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos conhecido a 30 de junho de 2016, na parte que diz respeito ao balanço e à questão dos depósitos de clientes, não de investidores institucionais — esses estão tratados mais à frente e provavelmente o Dr. António Domingues pode elucidar-me e evitar que incorramos em erro —, tem uma variação, de dezembro de 2015 para junho de 2016, de menos 931 milhões de euros de depósitos de clientes no retalho. O que queria perguntar ao Dr. António Domingues, porque acabou de dizer precisamente o contrário, é se estes são, ou não, clientes individuais, o que é o *core* da Caixa Geral de Depósitos, e, já agora, se, de facto, esta perda de 900 milhões de euros pode, ou não, ter a ver com o clima de desconfiança que se gerou nos últimos meses.

Este é o documento que pedia para ser distribuído.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou pedir aos serviços para o distribuírem.

Como o Sr. Deputado Hugo Soares bem sabe, numa interpelação à Mesa não pode formular perguntas. Portanto, se o Dr. António Domingues entender, durante as suas intervenções, fazer esse esclarecimento, é um direito que lhe assiste; se entender não o fazer, na segunda volta, o Partido Social Democrata terá a possibilidade de fazer essa pergunta.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Claro que sim!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, pedi para fazer uma interpelação à Mesa para dizer aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer. Não sei se me deu a palavra para interpelar a Mesa ou para intervir, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para os dois efeitos, Sr. Deputado. Se está resolvida a interpelação, pode passar à intervenção.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Começo, então, por saudar o Sr. Dr. António Domingues, como novo presidente da Caixa Geral de Depósitos, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, desejando-lhe, e à sua equipa, as maiores felicidades no exercício das funções. Quero também felicitá-lo pelo desfecho positivo das negociações com Bruxelas, quanto à classificação da recapitalização como investimento e não como auxílio de Estado, e desejar que, de facto, consigam retribuir com sucesso o investimento que os contribuintes vão fazer a breve prazo na Caixa Geral de Depósitos.

Quero dizer-lhe, como já foi dito também pelo PCP, que o requerimento para o ouvir hoje tinha sido chumbado, sendo que o PS também

votou contra essa proposta. Entretanto, a audição faz-se devido ao direito potestativo que o partido proponente tem de proceder ao seu agendamento. Votámos contra porque entendíamos que o Dr. António Domingues, estando no exercício das suas funções há menos de um mês e estando os planos de capitalização e reestruturação fora, claramente, desta Comissão de Inquérito, pouco tinha para nos dizer de concreto relativamente ao seu objeto.

Por isso, fomos também de opinião que seria mais útil que esta audição se fizesse em sede de Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, onde não está balizado o objeto da audição. O decorrer dos trabalhos tem provado isso mesmo, ou seja, que a utilidade desta audição teria sido muito mais proveitosa na Comissão de Orçamento e Finanças, como defendemos na altura da discussão do requerimento.

Queria dizer-lhe também que esta Comissão de Inquérito é, para nós, um ataque do PSD e do CDS à Caixa Geral de Depósitos...

Vozes do PSD: — Eh!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É um ataque político que tem como pano de fundo a privatização da Caixa. Foi sempre isso que esteve no horizonte de PSD e CDS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Já lá vamos! Mais à frente falaremos sobre estes episódios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, criem condições para se poder continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O PS está nesta Comissão de Inquérito — e esta é a posição que gostaria também de vincar — para defender a Caixa como um forte banco público e não podemos deixar de passar em claro, não podemos desvalorizar, o facto de esta ser a primeira Comissão de Inquérito que recai sobre um banco em atividade. Aliás, neste caso, não é um mero banco em atividade, é o maior banco do nosso sistema financeiro. É um banco que é o fator de estabilidade desse sistema, até há agências de *rating* que dizem isso textualmente, e tem sido o refúgio de muitos portugueses e de muitas empresas em momentos de crise e instabilidade.

Portanto, a Caixa Geral de Depósitos é um fator de estabilidade que devemos preservar ao máximo. Da nossa parte, tudo faremos para defender a Caixa como banco público.

Sendo esta uma Comissão de Inquérito a um banco em plena atividade, não concorda que é a mesma coisa que autopsiar um corpo vivo, com danos que podem ser irreparáveis para o valor da Caixa, para a sua imagem, não só no setor financeiro português como também na Europa financeira?

Queria perguntar-lhe se concorda ou não com uma segunda questão. O anterior presidente, o seu antecessor, o Sr. Dr. José de Matos, disse aqui, como resposta à pergunta que acabei de fazer, que quanto menos se falar da Caixa melhor, como quem diz que, se não tivessem sujeitado a Caixa a esta situação, a Caixa passaria melhor e que preferia não ter estado aqui. Corrobora estas afirmações? Concorda que uma Comissão de Inquérito a um banco em plena atividade apresenta riscos e pode provocar danos irreparáveis na imagem, na situação e no valor da Caixa?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Presidente, já agora, começava por responder ao Sr. Deputado Hugo Soares.

Não, a questão é a seguinte: a informação de gestão que tenho da Caixa é que os recursos de clientes — e vou precisar o que vou dizer —, particulares e empresas, tiveram variação positiva.

O que o Sr. Deputado referiu é uma linha contabilística de um quadro que diz «depósitos de clientes». O que é que são depósitos de clientes? Olhe, são, por exemplo, os fundos que os clientes têm junto do banco. Muitas vezes, os depósitos têm variação.

Recentemente, houve uma variação grande. A Caixa vendeu umas centenas de milhões de euros de OTRV (Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável) que colocou junto dos clientes e, por isso, naquele dia teve uma descida dos depósitos. Por compensação, de um aumento...

O Sr. **Presidente**: — Não me leve a mal, mas o Sr. Doutor não fala muito alto, o que é, aliás, uma vantagem, mas se não falar para o microfone os Srs. Deputados têm dificuldade em ouvi-lo.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Ou sou eu que não estou bem ou isto não é ergonómico.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor está bem!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Portanto, a minha resposta não é um comentário ao quadro especificamente, que, porventura, está certo.

Sabia que na linha de depósitos de uma apresentação que tinha sido feita tinham uma variação negativa. Porquê? Porque havia duas entidades, concretamente duas seguradoras, que tinham depósitos muito grandes no final do ano e que em junho não tinham...

Relativamente ao negócio de clientes, de retalho, dos clientes depositantes, que são depósitos, mais fundos, mais outros títulos que lá têm,

designadamente nos últimos tempos, dívida pública, houve crescimento durante o primeiro semestre e há crescimento até ao final de agosto. Isso gostava de lhe dizer.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Doutor, mas queria dizer o seguinte, e aliás, já o disse a quem aqui esteve antes do Sr. Doutor: numa Comissão de Inquérito, as pessoas que aqui estão são obrigadas a responder a perguntas factuais que lhes sejam feitas. A emissão de opiniões é direito de cada um, não é obrigatório responder.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Trabalho na banca há quase 40 anos. Trabalhei no Banco de Portugal, depois no Banco Português do Atlântico e, depois, estive 27 anos no BPI. Tenho uma ideia de que a banca é uma atividade... Nos bancos, vendemos confiança, porque a sua missão principal é gerir os depósitos dos nossos clientes, que são uma parte da sua vida futura. Essa é a responsabilidade maior de um banco.

Por isso é que, ao longo da minha vida profissional, sempre tive uma grande preferência pela discricção, que súbita e involuntariamente tive de abandonar nos últimos tempos.

Relativamente à Comissão de Inquérito, não tenho de ter estados de alma, a minha posição é muito simples: havendo uma Comissão de Inquérito, que o Parlamento legitimamente tem o direito de constituir, é minha obrigação, enquanto cidadão e, neste caso particular, enquanto Presidente da Caixa, prestar todos os esclarecimentos que possa fazer. É essa a atitude que tenho.

O que me compete é, relativamente à Caixa Geral de Depósitos, desde há umas semanas, tranquilizar os nossos colaboradores, os nossos gestores e os clientes. Sobre isso gostava de lhe dizer que, se estava entusiasmado no dia em que entrei na Caixa, porque é, de facto, um grande banco e um projeto

profissional, para alguém que teve a carreira que tive, muito desafiante, passadas três semanas, estou muito mais entusiasmado, porque a Caixa tem grandes equipas, grandes profissionais, uma confiança dos clientes, como acabei de tentar demonstrar, muito grande e a crescer. É isso o importante.

Em relação à Comissão de Inquérito, da minha parte, tentarei agora, e quando quiserem, prestar a colaboração que os Srs. Deputados entenderem que devo dar. É esse um dos direitos que o Parlamento e os Srs. Deputados têm e é minha obrigação. Não tenho nenhuma reserva sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tinha pedido a palavra para que efeito?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é manifestamente excecional, não gosto de fazer interpelações nestas alturas, mas pedia ao Sr. Deputado João Paulo Correia, por intermédio do Sr. Presidente, que se abstinhasse de fazer alguns comentários de índole político-partidária que não beneficiam em nada este tipo de audições, até porque não têm nenhuma adesão à realidade.

O CDS pediu, potestativamente, esta audição por entender que havia matéria objetiva para a mesma. Foi isso que fez durante a sua inquirição e isso não tem absolutamente nada a ver com a imagem da Caixa Geral de Depósitos, que entendemos que tem de ser preservada — e a nossa ação aqui é coerente com isso —, com a natureza pública da Caixa Geral de Depósitos, que defendemos, e que, quer aqui, quer no passado, quando tivemos

responsabilidade governativa, reiterámos, muito menos com o que seja algum desprezo pelo instrumento parlamentar do inquérito, que é um instrumento digno, sendo responsabilidade de cada um de nós valorizar e não denegrir a cada intervenção que fazemos.

O Sr. **Presidente**: — Como calcula, Sr. Deputado, não compete ao Presidente da Mesa avaliar os termos em que os grupos parlamentares entendem usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, quero dizer rapidamente ao Sr. Deputado João Almeida que ouvi a sua intervenção como a confissão do reconhecimento de que esta audição devia ter sido feita na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e que foi «um tiro ao lado» na estratégia do CDS no ataque à Caixa Geral de Depósitos.

Dr. António Domingues, um dos três pilares da ajuda externa, do Memorando da troica, foi a conciliação e o reforço do sistema financeiro português. Olhando para o que foi o caso BES e o caso BANIF e para...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, permitam que me dirija às restantes pessoas presentes na sala.

O ruído de fundo é muito. As condições de audição não são brilhantes, os Srs. Deputados que estão lá ao fundo ouvem manifestamente mal e o Sr. Dr. António Domingues, habituado que estava a viver na sombra, digamos assim, também fala baixo...

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Que exagero!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Na sombra no bom sentido! Na sombra da política, ou seja, não era submetido a este escrutínio público a que agora está sujeito.

Assim, pedia, em particular aos Srs. Jornalistas, para criarem condições para que a audição se faça nos termos adequados.

Sr. Deputado João Paulo Correia, peço desculpa pela interrupção, faça favor de continuar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Repetindo a questão, o Memorando da troica definiu como um dos três pilares da ajuda externa o reforço da conciliação do sistema financeiro português. Assim, olhando para os casos BES e BANIF, para as suas resoluções, e chamando também toda a sua experiência de mais de duas décadas neste setor, não considera que isto foi um pilar que não foi construído, um objetivo que falhou redondamente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Acho que a minha opinião sobre isso é redundante. Ter havido falências de bancos é um facto e que isso não correu bem é manifesto. Se houve bancos que faliram é porque alguma coisa não correu bem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O pacote que estava destinado ao auxílio à banca portuguesa era de 12 000 milhões de euros. O Governo, na

altura, optou por disponibilizar cerca de metade. A Caixa Geral de Depósitos teve um auxílio de Estado de 1750 milhões de euros e outro banco privado teve um auxílio superior a esse.

Não terá sido uma má opção política do anterior Governo não ter, pelo menos, procurado consumir todo o pacote dos 12 000 milhões de euros que estavam destinados ao setor bancário português e, com isso, resolver problemas de fundo, nomeadamente o problema da Caixa Geral de Depósitos? Isto porque Vítor Gaspar, em fevereiro de 2012, fez uma declaração triunfalista dizendo que os problemas principais da banca portuguesa estavam já ultrapassados.

É evidente, como disse há pouco, que factos são factos e, portanto, o que se passou a seguir desmente Vítor Gaspar. Foi uma declaração triunfalista para contrapor unicamente àquilo que se passava na Grécia e às necessidades de capitalização da banca grega.

Sabendo que o que levou, na altura, ao valor de 1750 milhões de euros foram as novas exigências regulatórias, que aquilo se ficou pelo auxílio de Estado ou foi considerado uma despesa do Estado, não foi um erro do Governo de então o Estado não ter capitalizado a Caixa num valor superior, numa perspetiva de investimento, como está a fazer agora este Governo? Até porque era necessário que a Caixa pudesse auxiliar mais as PME (pequenas e média empresas) e a economia portuguesa precisava de recuperar da crise onde estava enfiada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, penso que, em retrospectiva, olhando a partir de hoje, pode constatar-se que houve coisas que não correram bem, manifestamente, como já disse.

Em concreto, relativamente à decisão quanto à Caixa, confesso que não a estudei. Era preciso analisar a situação estando em 2012, quando o plano foi feito e, portanto, não tenho condições de fazer um juízo que não seja pouco fundamentado. Era preciso conhecer a realidade da Caixa nessa altura. Não sei quais foram as razões que conduziram a que a avaliação fosse para esse montante e não para outro.

Visto *a posteriori*, pareceria, porventura, que podiam ter sido consideradas outras opções, mas a decisão, tal como foi tomada, foi tomada naquela época, naquele momento. Não consigo, em boa-fé, ajuizar nos termos em que me está a pedir. O que conheço são as consequências e os eventos e sobre isso penso que não há divergência entre ninguém. Desse ponto de vista, as coisas não correram bem, mas, de facto, há um conjunto de fatores supervenientes, uns menos esperados, outros totalmente inesperados que acabaram por influenciar o comportamento do setor e de cada um dos seus intervenientes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A este tema, o Grupo Parlamentar do PS regressará na 2.^a ronda.

Queria colocar-lhe outra questão que é altamente pertinente. Um veículo de capitalização usado, em 2012, foram os CoCo, as obrigações convertíveis em ações, no montante de 900 milhões de euros. Ou seja, o Estado emprestou a uma entidade que é detida por si integralmente, a 100%, 900 milhões de euros e cobrou uma taxa de juro, no nosso entender altíssima, forçando a Caixa Geral de Depósitos a retribuir cerca de 80 milhões de euros por ano em juros sobre esse empréstimo.

Por um lado, isso permitia que o Orçamento do Estado tivesse anualmente um dividendo fixo, os chamados juros, porque a Caixa Geral de

Depósitos não dava lucro e, como não dava lucro, não pagava dividendos ao Estado. Não pagando dividendos, não entrava receita para o défice desses anos e assim garantiam ali 80 milhões de euros de juros através dessas obrigações convertíveis em ações. Consideramos isso censurável, mas gostaríamos de saber também a sua opinião.

Por outro lado, abria a porta para que essas obrigações, esses 900 milhões de euros, fossem convertíveis em ações por parte de privados. Foi a chamada «abertura de porta» para a entrada de privados na Caixa Geral de Depósitos. Ou seja, este tipo de obrigações permitiu ao ex-Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, em 31 de julho de 2015, fazer a declaração de que estava muito preocupado porque a Caixa não estava a conseguir pagar os CoCo ao Estado, já tinha ultrapassado o prazo e não tinha nenhuma informação sobre em que data é que iria pagar e tinha de haver consequências. Mas também se percebeu que o que estava como pano de fundo dessas declarações era abrir a porta a um privado na Caixa Geral de Depósitos, convertendo esses 900 milhões de euros, pois quem ia pagar ao Estado não era a Caixa mas, sim, um privado, que entraria no seu capital.

Soube-se aqui, através da audição ao ex-Presidente da Caixa Geral de Depósitos, seu antecessor, que a primeira vez que foram detetadas necessidades de recapitalização da Caixa foi no início de 2015. Não precisou a data, disse que foi no início de 2015 e que foi o próprio Banco Central Europeu a agir através do *comprehensive assessment* de 2014.

A 4 de novembro de 2014 terminou a supervisão prudencial do Banco de Portugal junto da Caixa Geral de Depósitos e passou a ser o Mecanismo Único de Supervisão a fazê-la. Isto é um bocado curioso e coincidente: quando muda para o Mecanismo Único de Supervisão o Banco Central Europeu atua logo. Não significará que dará mais confiança de supervisão prudencial o Banco Central Europeu no lugar do Banco de Portugal? Foi passados poucos dias da mudança da entidade de supervisão prudencial que

a Caixa e o Governo souberam, e sobre isso o Primeiro-Ministro não disse nada, não tivemos qualquer tipo de informação que foi no início de 2015 que foi detetada a primeira necessidade de recapitalização da Caixa.

Tem alguma informação que nos possa prestar a esse respeito?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não. Especificamente sobre isso, não tenho nenhuma informação.

Relativamente à capitalização da Caixa que foi feita em 2012, a questão era a de saber se precisava de mais ou menos capital, porque os CoCo foram construídos dessa maneira penso que de propósito. Os CoCo, enfim, não são uma invenção de Portugal, é um instrumento que foi utilizado noutros sítios, e o facto de ter taxas penalizadoras seria para forçar a que os seus recetores procedessem a ajustamentos mais rápidos. Digamos que a taxa é penalizadora de propósito.

Não creio que os CoCo fossem convertíveis em ações por privados.

O Sr. **João Paulo Correia (PS)**: — Eram, eram!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Penso que não, que os CoCo foram subscritos pelo Estado...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, deixem o Dr. António Domingues responder.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Tenho essa dúvida. Julgava que não seriam convertíveis.

A ideia dos CoCo e o terem uma taxa penalizadora era para forçar a sua devolução o mais rapidamente possível. A questão que se põe, do meu ponto de vista, não é tanto dos CoCo, mas de saber se, naquela altura, em 2012, as necessidades de capital eram de 750 milhões, penso que foi o que foi feito, ou se eram de mais.

Portanto, essa é uma questão a que já respondi. Confesso que não estive a analisar a situação. É difícil pôr-me em 2012 na Caixa. Olhando retrospectivamente, parece que é geral, penso que o setor não foi suficientemente capitalizado para prevenir alguns dos problemas que aqui aconteceram. É uma verdade de *La Palice*, é um facto.

Os problemas que, entretanto, surgiram e que se manifestaram nas situações que são conhecidas decorrem, por um lado, da situação, em geral, ter sido pior do que se esperava, porventura, em 2012, mas, além disso, por uma incapacidade de absorver os choques decorrentes dessa situação pior. É para isso que o capital serve. Portanto, a conclusão é a de que o capital era insuficiente. Apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, coloco algumas questões telegráficas: a anterior Administração deu-lhe conta de algum plano para assegurar o pagamento dos CoCo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, se quer fazer questões telegráficas, faça-as todas de uma vez.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Acho que gasto o mesmo tempo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Se não se importa, é para operacionalizar as coisas.

O Sr. **João Paulo Correia (PS)**: — A anterior Administração deu-lhe conta de algum plano que assegurasse o pagamento dos CoCo?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não.

O Sr. **João Paulo Correia (PS)**: — Tem conhecimento de como era o relacionamento entre a anterior Administração e os supervisores?

Já teve oportunidade de analisar os negócios da Caixa, nomeadamente os do ponto de vista do imobiliário? Tem alguma opinião já formada sobre isso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Relativamente à relação da administração da Caixa com os supervisores antes de eu lá chegar, não sei, não tenho essa informação. Não posso comentar, presumo que fosse uma relação normal.

Relativamente ao negócio imobiliário, gostava que precisasse exatamente qual é a sua pergunta, porque, às vezes, a noção de negócio imobiliário tem entendimentos diferentes.

O Sr. **João Paulo Correia (PS)**: — Fiz primeiramente uma pergunta relacionada com os CoCo: se a anterior Administração lhe tinha apresentado um plano...

O Sr. Dr. **António Domingues**: — A resposta foi não.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A anterior Administração não lhe apresentou um plano que assegurasse o pagamento de CoCo.

Quando fiz a pergunta relacionada com a análise ao setor imobiliário, referia-me ao peso que representa nomeadamente no crédito, no incumprimento e nas provisões.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — A Caixa Geral de Depósitos, como é sabido, era um dos bancos que tradicionalmente tinha um peso maior no financiamento à construção e ao setor do imobiliário. Aliás, era uma atividade que, durante muitos anos, os chamados bancos comerciais não faziam, não era só o crédito hipotecário, mas também o crédito imobiliário. A Caixa tinha um peso grande, e tem. O crédito ao setor imobiliário tem ainda hoje um peso grande na carteira de crédito da Caixa.

Como é sabido, um dos setores mais afetados pela recessão que tivemos nos últimos anos e pela crise que estamos a viver desde 2010 foi o setor imobiliário e, como consequência, é provavelmente uma das áreas onde a Caixa teve mais imparidades na sua atividade.

Relativamente ao futuro, tenho algumas ideias muito claras acerca do que devem ser as linhas gerais da política de gestão de risco de um banco e penso que há erros que não se devem cometer e toda a gente os cometeu, de uma maneira ou de outra. O excesso de concentração em riscos individuais, um excessivo peso no financiamento a clientes, no *single name*, foi um erro que foi seguido. A regulamentação, desse ponto de vista, era relativamente lassa, como sabem, as regras estipulam que um banco pode emprestar até 25% dos fundos próprios a uma única entidade. Penso que esse limite é muito alto e a experiência dos últimos anos demonstra isso.

Em segundo lugar, a gestão de um banco deve ter uma enorme preocupação também com o risco de concentração nos setores mais cíclicos,

porque as crises existem. Uma das características da sociedade em que vivemos é que ela tem ciclos de crescimento e de retração. A única maneira de modelar e prevenir os maiores problemas é ter algum cuidado no risco de concentração setorial.

Por outro lado, entendo que um banco comercial deve ter uma atividade relativamente reduzida no financiamento de capital. Financiamos dívidas de empresas que têm capital para poder suportar a sua atividade, mas complementamos o capital das empresas, não financiamos capital, e esses foram, provavelmente, erros que se cometeram. A Caixa seguramente que os cometeu, o banco onde eu trabalhava também os cometeu, embora numa escala diferente, enfim, toda a gente os cometeu, mas, em geral, não foram...

Portanto, quanto à política de risco, a regulação é cada vez mais estrita, a segregação de funções entre risco e atividade comercial tornou-se bastante mais rigorosa e os supervisores são muito mais intervenientes, mas estes foram, digamos, pecados muito grandes a que acrescia um outro, o da relação com partes relacionadas, a relação com os bancos e os seus acionistas ou partes relacionadas com os bancos.

Penso que estes foram os pecados capitais que, no fim do dia, se formos analisar detalhadamente o que é que aconteceu em cada um dos casos em que houve problemas, vamos encaixar num ponto ou noutro: excesso de concentração de risco individual; excesso de concentração em setores cíclicos; peso elevado de financiamento de capital e relação com partes relacionadas, o que significava que o banco não tinha capital. Se dou crédito a um acionista meu, quando consolidado, não há capital, ou se o banco A empresta ao acionista do banco B o sistema, em termos consolidados, não tem capital.

Portanto, estes foram os pecados centrais que estiveram por trás, penso eu, da magnitude da crise que atingiu o setor. O resto são consequências de uma retração que se seguiu a um período de alguma euforia, mas que teve as

suas consequências, como, aliás, tentei demonstrar de uma forma geral e que, sobretudo, teve a particularidade de, nos últimos anos, coincidir com um período em que o setor teve pouca capacidade de geração de capital interno, porque as receitas foram afetadas muito drasticamente por um crescimento muito fraco e pelas taxas zero.

Reparem que com taxas de 5% ou de 4% a capacidade de geração de capital interno seria muito superior e, portanto, provavelmente, os problemas não teriam tido a expressão que tiveram, mas houve aqui, num certo sentido, a tempestade perfeita. Houve uma crise muito profunda, houve erros, provavelmente sobredimensionados, pelo menos em algumas entidades que depois acabaram por sucumbir, e, por outro lado, houve um negócio que perdeu uma parte substancial da sua receita por duas razões: pela crise e fraco crescimento e pelo aumento do incumprimento — que também reduz os ativos remunerados e também tem peso na margem — e, depois, pelas taxas zero, que são um problema enorme para o funcionamento das atividades bancárias.

Ora, tudo isto não deixou outro caminho que não fosse o da recapitalização que foi feita. Aliás, a maior parte dos bancos capitalizaram-se. Além disso, as exigências regulatórias aumentaram. As exigências de capital de há cinco anos não têm nada a ver com as de hoje. Lembro-me que durante muitos anos o rácio de capital era de 4% e o banco estava ótimo, não tinha nenhum problema; hoje referi que eram precisos 12,5% para ter acesso ao mercado, ou seja, estamos a falar de três vezes mais. Portanto, para fazer o mesmo negócio, preciso de muito mais capital, e esta é uma realidade que é preciso ter presente.

Depois, temos o tema das taxas zero, que, enquanto subsistirem, são um enorme problema e colocam aqui um desafio enorme à rentabilização das operações — a racionalização dos custos de funcionamento, o redimensionar as plataformas de negócio à sua capacidade de geração de receita.

Quer dizer, eu tinha uma empresa que tinha receitas de 120, custos de 100, ganhava 20; se as receitas baixaram para 80 e eu continuo com custos de 100, perco 20! Portanto, tenho de ver se consigo puxar um bocadinho as receitas para cima e é isso que vamos tentar fazer na Caixa.

Aliás, acho que a Caixa tem espaço para melhorar a sua receita, e tenho a certeza que o vamos fazer, mas temos de adequar a nossa capacidade de distribuição de custos — sejam os custos de funcionamento, sejam os de risco — e ser capazes de ainda deixar a capacidade para remunerar o capital, que é uma exigência fundamental. Eu jamais trabalharia numa empresa que não tivesse como objetivo remunerar o capital dos acionistas, não faz sentido! Para mim é um critério fundamental para poder estar na gestão de uma empresa.

Peço desculpa se fui um bocadinho longo, mas era esta observação que gostava de fazer.

O Sr. **Presidente**. — Tem a palavra o Sr. Deputado António Leitão Amaro.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de distribuir, com especial atenção ao Sr. Deputado João Paulo Correia, o Aviso n.º 4/2012, do Banco de Portugal, que, basicamente, diz — e espero que esta mistificação termine de vez — que «só relevam para fundos próprios, para atingimento dos rácios de capital, rácio *core tier 1*, instrumentos CoCo ou outros instrumentos, quando subscritos pelo Estado».

Não existe, não era possível e é uma mistificação qualquer ideia de transmissão para fora do Estado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Era possível era!

Está a fazer uma interpelação à Mesa ou ao João Paulo Correia?!...

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Desde 2012 que o Banco de Portugal já dizia que não há, porque deixavam de relevar para o capital e por isso tornavam-se absolutamente inaptos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado,...

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Portanto, é importante distribuir este documento para que se resolvam as dúvidas e a mistificação sobre os CoCo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos ver se nos entendemos de uma vez por todas.

Os Srs. Deputados já terão percebido que não é fácil dirigir os trabalhos desta Comissão de Inquérito, infelizmente, e, portanto, vamos, tanto quanto possível, cumprir as regras.

O Sr. Deputado António Leitão Amaro entendeu fazer uma interpelação à Mesa, nos termos amplos em que, habitualmente, as interpelações à Mesa são aceites nesta Casa, e peço-lhe o obséquio de me fazer chegar esse documento para eu, depois, o mandar distribuir pelos grupos parlamentares.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra nos mesmos termos usados pelo Sr. Deputado António Leitão Amaro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, as obrigações convertíveis são transacionáveis e, como é evidente, se esse instrumento fosse convertível em capital, nem o próprio regulador poderia dizer que não conta para capital pelo simples facto de que capital é capital.

Portanto, se um privado comprasse...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não pode comprar!

O Sr. **João Galamba** (PS): — ... essas obrigações e as convertesse em capital, como é evidente, contavam como capital e a natureza do detentor desse capital, sendo pública ou privada, é irrelevante para os rácios de capital.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Sr. Presidente, creio que...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não lhe vou dar a palavra...

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — É para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não lhe vou dar a palavra para fazer uma interpelação sobre uma interpelação. Vai-me desculpar.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Não...

O Sr. **Presidente**: — A não ser que seja uma interpelação.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Com certeza, Sr. Presidente. Quero pedir para distribuir outro documento.

O Sr. **Presidente**: — Então, dê-me o documento.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Tal como o anterior, é para distribuir, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, muito bem!

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Sr. Presidente, quero distribuir o diploma legal que rege a Caixa Geral de Depósitos, que garante que todo o capital é público. Portanto, não há aquisição de capital da Caixa Geral de Depósitos por nenhum privado porque é ilegal.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Moisés Ferreira aguarda com uma paciência seráfica que lhe seja dada a palavra.

Quando os Srs. Deputados acharem que eu posso continuar...

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Serenamente, aguardava, não havia problema.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e Srs. Deputados, em particular o Dr. António Domingues, agradecer a

disponibilidade que manifestou para estar aqui na Comissão de Inquérito e desejar-lhe o melhor mandato possível.

Sei que entrámos numa fase, nesta Comissão de Inquérito, de distribuição de papéis e eu gostava de agradecer, com antecipação, o facto de já ter respondido a este primeiro papel distribuído pelo Sr. Deputado Hugo Soares e por já ter relativizado esta questão dos depósitos, porque senão teríamos de colocar uma outra questão que era a de saber se a enorme quebra de depósitos que aconteceu entre 2011 e 2012 era um sinal de desconfiança para com o Plano de Recapitalização de 2012.

Ora, eu creio que a resposta que o Dr. António Domingues já deu abrange também esta questão do que aconteceu entre 2011 e 2012 e não tem, propriamente, a ver com os planos de recapitalização.

Mas eu gostava de abordar o objeto da Comissão de Inquérito, pelo menos no que o Bloco de Esquerda considera que é o objeto da Comissão de Inquérito, e que tem a ver com os factos que levaram à necessidade de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos agora.

O Dr. António Domingues já teve, logo numa primeira intervenção, oportunidade de referir alguns factos, nomeadamente a diminuição da margem financeira de todos os bancos em geral, o aumento do registo de imparidades e de provisões, e isso vai muito em linha com aquilo que o Dr. José de Matos já nos tinha dito e que tinha a ver com a política monetária expansionista seguida pelo BCE e também com o cenário macroeconómico em que a realidade não «bateu», propriamente, com o que era projetado no cenário-base em que foi feita a recapitalização e a reestruturação da Caixa, sendo que a estes dois fatores acrescenta-se também o aumento das exigências regulamentares e prudenciais.

O Dr. António Domingues trouxe aqui uma série relativamente longa de dados, entre 2007 e 2015, quando se começaram a notar estas tendências. A questão que eu coloco é a seguinte: em 2012 estas tendências não eram já

mais ou menos visíveis e não se sabia já também que as exigências de capital iriam ser mais exigentes, passando a redundância, e iriam apertar mais de 2012 para a frente?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — As exigências regulamentares já há muitos anos que vêm a ser intensificadas.

Em 2012, como se recorda, no acordo de assistência, foi logo previsto que a exigência dos rácios dos bancos portugueses estivesse 1% acima do que estava. Portanto, esta exigência foi logo conhecida nessa altura e toda a gente teve de se ajustar em conformidade.

Repare, este foi um período muito atípico; vivemos os últimos sete ou oito anos numa situação que não tem precedentes, de todos os pontos de vista, nunca o PIB do País contraiu na dimensão em que contraiu. Mesmo nessa época, salvo erro, o plano apontava para uma hipótese de o PIB contrair no total cerca de 4% e acabou por ser praticamente o dobro.

Portanto, entrámos em territórios completamente novos que decorreram de aspetos específicos da economia portuguesa e também do enquadramento e da forma como a crise, de uma maneira geral, foi gerida. Aliás, este é um tema bastante vasto e até bastante polémico, como sabe, e há muitas formulações e muitos pontos de vista divergentes. Mas a verdade é que a economia portuguesa e o setor foram atingidos por um conjunto de circunstâncias que não têm precedentes.

Em 2012 era virtualmente impossível antecipar integralmente o que veio a acontecer em toda a sua extensão. Isso parece-me claro.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Dr. António Domingues, perguntei-lhe isso exatamente por causa do Plano de Recapitalização de 2012, porque, há pouco, disse que pretende, e bem, que o atual plano de recapitalização da Caixa seja construído num cenário macroeconómico prudente, e um cenário

macroeconómico prudente é aquele que pode antecipar desvios, derrapagens, que pode evitar que as coisas não corram tão bem como inicialmente se possa projetar.

A questão aqui é que o cenário em que se trabalhou em 2012 parece não ter sido assim tão prudente, porque, sendo verdade que podia não se antecipar o agravamento das condições e dos cenários, já havia sinais, ou seja, já se sabia que as exigências regulamentares e prudenciais iam aumentar, e já desde 2005 que se começava a perceber na Caixa o aumento do crédito em incumprimento e a necessidade de registar, ano após ano, cada vez mais imparidades.

Portanto, em 2012, essa tendência era assumidíssima, pelo que, por exemplo, não se percebe por que é que em dezembro de 2011 há uma deterioração de capitais próprios da Caixa bastante acentuada em relação a junho de 2011 e, mesmo assim, há uma revisão das necessidades de capital em baixa.

Quer isto dizer que, em 2012, as necessidades de capital da Caixa foram sendo atualizadas. Primeiro, em outubro de 2011, eram de 2300 milhões de euros; depois, em dezembro de 2011, eram de 800 milhões de euros; e, depois, em junho de 2012, eram de 1650 milhões de euros.

Paralelamente, registava-se uma deterioração de capitais próprios da Caixa, um aumento de crédito em incumprimento e um aumento de imparidades. Portanto, a questão que vai na minha cabeça e que eu coloco é se, em contraponto com o cenário que se quer que tenha agora por base o plano de recapitalização e que deve ser um cenário prudente, em 2012, não houve imprudência no cenário. Não havia excessivo otimismo? Não havia aqui alguém que estava, de alguma forma, imbuído demais da doutrina da austeridade expansionista, que achava que o choque era apenas de um ano e que depois tudo crescia, que foi imprudente porque, depois, não aconteceu isso e a Caixa, passados três anos, está em dificuldade?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Domingues, faça favor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, tenho dificuldade em comentar especificamente os aspetos que abordou. Não estive a analisar isso, não estava na Caixa nessa altura e confesso que, neste momento, o que me interessa e em que, de facto, apliquei o meu tempo e a minha energia foi em perceber a situação da Caixa hoje, tentar ver como é que podia evoluir para o futuro e o que é que precisava hoje para, no futuro, cumprir com a sua missão.

Portanto, confesso que não dediquei muito tempo a olhar para os planos anteriores nem para os cenários, para ver por que é que falharam. Não consigo ter essa opinião qualitativa com o rigor que, estando a prestar declarações numa Comissão de Inquérito, me é exigido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Acredito que a posição seja relativamente desconfortável, porque efetivamente não teve responsabilidades na gestão anterior da Caixa.

Mas, então, colocava a questão de outra forma: até 2011, a Caixa registou imparidades em excesso. Teve uma atitude prudente, teve sempre aqui uma almofada, teve um rácio entre crédito, incumprimento e imparidades que oscilava entre os 105% e os 110%.

A partir de 2012, que é o ano da recapitalização, as imparidades começaram a ser insuficientes. Eram 93%, 91%, 94% e 96% do crédito em incumprimento. Isto não mostrava logo, em 2012/2013, que o plano de recapitalização tinha sido feito mesmo, mesmo nos mínimos das exigências

regulamentares e, portanto, sem nenhuma almofada de capital para fazer face a cenários macroeconómicos mais adversos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Domingues, tem a palavra.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, gostava de poder comentar com rigor mas não tenho informação para lhe poder dizer as razões que determinaram a variação desses rácios de cobertura, que pode estar ligada a muitas razões, não é?

O rácio de cobertura do crédito em incumprimento é em função, designadamente, das garantias que esse crédito tem. Portanto, o facto de ter descido não significa necessariamente uma perda de eficácia. Mas, enfim, não tenho condições para poder fazer essa avaliação, nem fazer esse comentário.

Em retrospectiva, é verdade que o que se verificou nos últimos anos foi um cenário macroeconómico e de taxas de juro, em geral, pior do que o que toda a gente esperava que acontecesse em 2012 e 2013, e isso teve consequências sobre toda a gente, não houve ninguém que não fosse impactado por esses efeitos. Depois, cada uma das entidades reagiu mais depressa ou mais devagar, mas toda a gente foi impactada por essa realidade que teve aspetos, digamos, inesperados e, sobretudo, completamente novos. Nunca tínhamos vivido um período que tivesse a magnitude e o sentido das variações que observámos nos últimos anos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça o obséquo.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Já aqui foi falado e sabemos que uma das componentes do plano de recapitalização é a conversão dos CoCo e que, no plano de 2012, era suposto eles começarem a ser reembolsados em 2014,

a partir do capital gerado pela própria Caixa Geral de Depósitos. Isso não aconteceu.

Acreditamos que foi, ou deveria ter sido, um sinal de alguma dificuldade de capital da Caixa, porque essa era uma das razões que justificava o não reembolso em 2014, que não aconteceu e não aconteceu também em 2015.

É agora feita essa conversão com um novo plano de recapitalização, Considera que essa reconversão dos CoCo em capital deveria ter sido feita antes, nomeadamente a partir de 2014, 2015, quando já se dava sinais que a Caixa não conseguia reembolsar os CoCo, sem que isso deteriorasse o seu capital próprio e colocasse em causa os rácios de capital regulamentares?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Só lhe posso responder em abstrato. A mim parece-me, em abstrato, que se a conversão tivesse ocorrido mais cedo, a Caixa tinha capitais próprios superiores e, portanto, não tinha... Do ponto de vista regulamentar, a situação não mudava muito, portanto, os rácios de capital seriam os mesmos, mas não teria um custo que são os juros correspondentes aos CoCo. As razões por que não foi proposta ou não foi feita a conversão, desconheço. Não tenho nenhum juízo sobre isso, não estava dentro da Caixa, portanto, não tenho nenhuma opinião fundamentada sobre o que determinou fazê-lo ou não o fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, com a mesma tolerância que tive com os outros Deputados, se quiser, pode continuar.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não é necessário, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, à 2.^a ronda.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Podemos fazer uma pausa, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Doutor. Suspendemos os trabalhos durante uns minutos.

Pausa.

Vamos passar, então, à 2.^a ronda de perguntas.

Para elucidar de forma transparente o Sr. Dr. António Domingues, direi que esta ronda funciona de forma distinta da primeira, sendo que os grupos parlamentares, pela mesma ordem, formulam as suas questões e têm 5 minutos cada um para fazer, o que dá 25 minutos. O Dr. António Domingues terá tempo idêntico para responder.

Começamos pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, ia colocar dois grupos de questões, sendo que confesso que a primeira questão não pensei que chegasse até mim nesta ronda, dada a relevância que tem, uma vez que tem a ver com a contratação de uma consultora e de um escritório de advogados. Tendo intervindo, entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP e do Bloco de Esquerda, pensei que não deixariam passar o esclarecimento sobre a transparência nesta matéria. De facto, vivem-se tempos novos e tenho todo o gosto em fazer as perguntas.

Percebo o que diz, do ponto de vista de quem está no lugar em que o Sr. Doutor está, mas vou enquadrar a questão na alínea *c*) do objeto da nossa Comissão, que diz que apreciamos a atuação dos governos no que respeita a defesa do interesse dos contribuintes.

Do ponto de vista de quem vai assumir, eventualmente, a gestão de um banco, percebo que contrate assim, mas do outro lado está um Governo que convidou determinada pessoa para fazer esse plano e para dirigir a instituição e que, naturalmente, tem de acautelar esta defesa do interesse público e dos contribuintes.

Há procedimentos próprios de transparência na contratação que têm a ver com a proteção do interesse público e dos contribuintes. Portanto, o que temos naturalmente de saber, já que no momento inicial parece que não, é se, num momento posterior, isso foi assegurado.

Questões concretas: foi noticiado a 16 de julho que, efetivamente, essa contratação formal ou informal tinha existido e que tinha apoio da tutela. A 29 de julho, o Sr. Ministro das Finanças disse aqui, e vou citar: «o Estado não contratou essa assessoria e a Caixa, neste momento,» — se calhar na altura não nos apercebemos da importância do «neste momento» que o Sr. Ministro disse — «não contratou essa assessoria».

O Sr. Doutor disse-nos aqui que a conversa relativa a esta matéria com o Sr. Ministro foi a 15 de agosto, se não estou em erro.

Portanto, a questão é esta: quando é que efetivamente o Governo — porque é ao Governo que temos de dirigir esta questão — tomou conhecimento destas contratações? Pergunto também se validou ou não estas contratações para podermos, depois, perguntar ao Governo em que termos é que o fez, designadamente do ponto de vista de assegurar a transparência e, inclusivamente, a proteção da informação.

Já percebemos que contrato não existia num primeiro momento, mas pergunto outra coisa relevantíssima nestas contratações: e acordo de confidencialidade, quer relativamente à consultora, quer relativamente ao escritório de advogados, existe? Não existe? Quando é que passou a existir? E que segurança é que há que, até existir, a informação prestada a essas entidades não pode ter sido prestada sem a devida cautela do ponto de vista

da privacidade, que tem a ver não só com a proteção do interesse público mas também com a proteção da Caixa, em termos concorrenciais, e com o acesso a informação por outras entidades?

Para além do acordo de confidencialidade, como é que foi feita a avaliação de eventuais conflitos de interesses? Quem é que avaliou eventuais conflitos de interesses desta consultora e deste escritório de advogados para fazerem este trabalho para a Caixa Geral de Depósitos? E quem avaliou eventuais trabalhos que estivessem em curso, que tivessem sido realizados ou que se inibisse de virem a ser realizados no futuro e que estavam consagrados, para assegurar que a Caixa Geral de Depósitos não se estava a expor?

Faço estas perguntas e anuncio que entregaremos, ainda hoje, um requerimento ao Ministério das Finanças, atendendo à declaração que o Sr. Ministro das Finanças fez aqui a 29 de julho, perguntando-lhe se houve alguma evolução e se, quando disse que a Caixa não contratou essa assessoria « neste momento », o fez em momento posterior, se teve conhecimento e se deu anuência.

Com estas questões concretas ao Sr. Ministro das Finanças, não nos parece que seja necessária uma nova audição, mas é certamente necessário este esclarecimento, porque põe em causa algo que o Sr. Ministro aqui disse, ainda que seja *a posteriori*, mas a Comissão tem de ter essa informação.

O segundo grupo de questões, muito sinteticamente, tem a ver com a questão do modelo de *governance*.

A questão da alteração do modelo de *governance* fica muito posta em causa, do nosso ponto de vista, quando há duas opções estratégicas que aqui são tomadas, sendo que uma tem a ver com a junção na mesma pessoa da Presidência do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Quando se alarga o tamanho do Conselho de Administração, quando se pretende dar a ideia de que há uma política de *checks and balances* mais

substancial do que havia anteriormente, parece pouco compatível com isso, e pedia uma explicação, como é que depois de opta por ter a mesma pessoa na presidência da Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

Não é isso que as boas práticas do ponto de vista de *governance* normalmente aconselham. Essa é uma das separações que normalmente contribui para esse equilíbrio.

Mas, mais do que isso, temos ainda o aumento do número dos administradores executivos, e, depois, vimos a verificar que quem escolhe esses administradores é a equipa de gestão. E aí temos a legitimidade para perguntar se quem escolhe os administradores não executivos...

Quero deixar isso muito claro que estamos a falar sempre em termos abstratos, porque quando falamos em modelos de *governance* não podemos nunca falar das pessoas em concreto e submeter às pessoas em concreto aquilo que são as boas práticas, que são gerais e abstratas.

Pergunto: como é que se considera, do ponto de vista de *governance*, uma prática geral e abstrata adequada ser a equipa de gestão a escolher os administradores não executivos? Qual é a vantagem de alargar o número de administradores executivos se eles continuam todos a ser escolhidos pela equipa de gestão? Qual é o papel do acionista, em termos de *governance*?

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Não é normal que, ao aumentar o número de administradores, ao menos, fosse o acionista que criasse um equilíbrio e escolhesse os administradores não executivos, no sentido de eles poderem, tendo uma perspetiva eventualmente, até, diferente da equipa de gestão — o que é saudável numa instituição, não é negativo —, fazer essa confrontação com

as opções de gestão, no sentido de assegurarem ao acionista que todas as decisões têm o escrutínio necessário dentro do conselho de administração?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, para o Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Caixa Geral de Depósitos, tinha algumas perguntas para lhe colocar, bem como alguns pedidos de esclarecimento.

Há pouco não respondeu com total exatidão ao Sr. Deputado Carlos Costa Neves e gostava que esclarecesse o ponto dos depósitos de clientes.

O Sr. Presidente disse, e com razão, que quando havia depósitos de clientes havia de clientes e de investidores institucionais, etc. Terá toda a razão nessa sua análise, mas a verdade é que esse mesmo quadro exclui os tais investidores institucionais.

Se olhar para o quadro verificará, com toda a clareza, que, de facto, há uma perda de 931 milhões de euros nos depósitos de clientes e nos outros recursos de clientes há menos 73. Aquilo que o Sr. Presidente referiu está na linha seguinte, e também não é exato com aquilo que disse, mas eu pedia-lhe que verificasse e comentasse esse detalhe, porque o seu argumento está precisamente esclarecido aqui e não é válido neste ponto.

Sr. Presidente da Caixa Geral de Depósitos, gostava de lhe fazer uma pergunta que tem a ver com a auditoria independente.

É muito estranho que, após vários meses desde a decisão do Conselho de Ministros, o Sr. Ministro das Finanças não lhe tenha transmitido, no

fundo, não lhe tenha dado a instrução para convocar esta auditoria independente. E isto porquê? Porque o Sr. Ministro disse que isto era fundamental para perceber as reais necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos. Aliás, o Sr. Ministro disse até que não sabia as reais necessidades e que esta auditoria era fundamental.

Sr. Presidente, já todos percebemos que esta auditoria, de facto, é importante e já percebemos também que não é uma auditoria feita pela empresa que trabalha com a Caixa diariamente.

Portanto, como se viu noutras auditorias feitas noutros processos de avaliação de bancos em Portugal, jamais ela poderá ser paga pela Caixa Geral de Depósitos. Aliás, o Sr. Presidente já percebeu isso, só o Sr. Ministro é que não percebeu.

De facto, não podemos acreditar que o Sr. Ministro aprovou esta resolução em Conselho de Ministros apenas para distrair a Assembleia da República de aprovar a auditoria proposta pelo PSD e que seria facilmente aprovada pelos restantes partidos.

Portanto, esperemos, claramente, que não seja um «número de circo» do Sr. Ministro das Finanças, que nos tenha enganado a todos com esta matéria, e reiteramos a necessidade de ser feita uma auditoria independente, seja ela paga pelo Banco de Portugal, ou até pela própria Assembleia da República, não pode é ser ordenada e feita pela Caixa Geral de Depósitos, como o Sr. Presidente bem saberá.

O que nos preocupa também é que este montante e esta almofada de que falou há pouco de conforto na recapitalização da Caixa nos cria aqui uma dúvida e até alguma suspeita sobre o regulador. Se o Sr. Ministro não sabe quais são as necessidades de capital da Caixa Geral de Depósitos, se o Banco de Portugal não se pronuncia sobre esta matéria e se nós aqui temos a noção dos 5000 milhões de euros, fica aqui uma grande especulação e deixa um sinal péssimo aos mercados sobre as reais condições da Caixa. Apetece até

perguntar ao Sr. Presidente quanto é que vale a Caixa hoje, porque não sabemos se vale mais ou menos do que isso, e esta é uma pergunta importante que lhe queríamos fazer.

O relator desta Comissão de Inquérito, Deputado do Partido Socialista, terá dito e escrito num artigo de opinião que a Caixa Geral de Depósitos iria emitir obrigações perpétuas que teriam juros de 10% ao ano, para subscritores privados, obviamente. Pergunto-lhe: estamos a falar de 1000 milhões no total e o Estado vai pagar 20 milhões de juros em dois anos? Isto corresponde à verdade?

Sr. Presidente, tenho mais uma questão para lhe colocar mas, antes de mais, não queria deixar de anunciar que o Grupo Parlamentar do PSD vai requerer acesso aos estudos que foram elaborados pela McKinsey sobre as necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos, porque, para nós, isso é muito importante, até porque estamos a falar de um montante de 5000 milhões de euros, que é um montante muito elevado e que será pago na sua esmagadora maioria pelos contribuintes portugueses.

Portanto, era importante esta Comissão de Inquérito ter acesso e saber, afinal, quais são as outras possíveis vias que foram estudadas, quais são as propostas que foram feitas e, sobretudo, quais foram os estudos que estiveram na origem desta matéria.

O Sr. Presidente terá de compreender que, para uma Comissão de Inquérito e para o Parlamento, é importante conhecer os dados todos para podermos fazer uma avaliação, de facto, do que foi o processo de decisão na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isso sai completamente te fora do objeto da comissão de inquérito.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, termino dizendo o seguinte: como o Sr. Presidente da Caixa Geral de Depósitos bem saberá, e o seu currículo fala por si, um processo destes não pode demorar tanto tempo.

Sabemos que foi convidado, praticamente, há quatro ou cinco meses e este é um processo que se arrastou e ficamos sempre com dúvidas, apesar de confiarmos obviamente na sua palavra, sobre o que é que aconteceu naquele mês e meio em que nada se soube, em que ninguém soube quais eram as questões que foram levantadas, quais as reuniões em que participou em nome do Governo, porque, de facto, ao longo deste processo já reparámos nas inverdades e nas omissões por parte do Governo em todo o processo de negociação e recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

Não é normal, nem em qualquer empresa nem no setor público, que uma nova administração demore tanto tempo a tomar posse. Percebemos, claramente, que o Sr. Ministro acabou por assustar os mercados, acabou por criar instabilidade no sistema financeiro e, sobretudo, acabou por provocar danos na Caixa Geral de Depósitos, que não esperávamos, e esta fuga de depósitos é claramente sinal disso.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Há uma coisa, e com isto termino, Sr. Presidente, que parece verdade: é que esta Comissão de Inquérito, felizmente, mesmo antes do verão, permitiu trazer alguma estabilidade e recuperar a imagem da Caixa Geral de Depósitos como o banco de todos os portugueses, como se viu pela audição do Sr. Ministro, do ex-presidente da Caixa e do Primeiro-Ministro, e por aquilo que foram dizendo, entretanto, sobre a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de começar pelo tema da demora.

Ouvimos agora, na intervenção do Sr. Deputado do PSD, falar na demora. Demora houve por parte do anterior Governo em intervir na Caixa Geral de Depósitos, porque sabia desde o início de 2015, segundo disse aqui o Dr. José de Matos, seu antecessor na presidência da Caixa Geral de Depósitos, que foi nesse momento que foi detetada a primeira necessidade de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e só passado cerca de meio ano – não sabemos exatamente em que data, mas admitimos que terá sido no início de janeiro – ouvimos a única declaração do ex-Primeiro-Ministro, mostrando-se muito preocupado pelo facto de a Caixa não ter capacidade financeira para reembolsar os CoCo.

E, por falar em demora, também convém recordar que demora foi a opção do anterior Governo em intervir no BANIF, deixando o problema na gaveta para o próximo Governo, que foi o que aconteceu.

Relativamente ao plano de capitalização, ele foi elaborado em 2012; o plano de reestruturação, penso, foi elaborado em 2013 e, nessa altura, o Banco de Portugal, pela voz do seu Governador, dizia que a crise no setor bancário derivava unicamente da crise das dívidas soberana e da crise económica que o País estava a atravessar, numa declaração do género de que se recusava a admitir que a banca tinha problemas próprios, de que o Dr. António Domingues falou há pouco, nomeadamente sobre os vários erros comuns que foram cometidos pelos diversos bancos a operar em Portugal – problemas de excesso de concentração de crédito, de excesso de relação entre as partes em cada banco, do não registo de imparidades por crédito malparado, que sofreu sempre um crescimento de ano para ano.

Pergunto: a banca tinha ou não tinha problemas próprios? Dizer que a crise na banca em 2011, 2012 e 2013 derivava unicamente da crise das dívidas soberanas e da crise económica foi, ou não, um erro estratégico?

Nós consideramos que foi m erro estratégico, porque, obviamente, para além disso, e como disse o Dr. António Domingues nesta audição, houve uma austeridade violenta, que foi servida pelo anterior Governo com a promessa de que resolveria todos os males do País, incluindo o mal da banca, mas o que se veio a saber e a sentir por parte de todos os contribuintes foram as resoluções do BES e do BANIF.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — A influência política que houve na Caixa Geral de Depósitos de 2005 a 2015 foi tremenda!

O Sr. João Paulo Correia (PSD): — O que é certo é que essa austeridade violenta funcionou como um remédio venenoso para todos os setores: não só cortou salários e pensões como provocou um brutal aumento dos impostos, cortou nos rendimentos das pessoas e também afetou enormemente a Caixa Geral de Depósitos e o setor bancário em Portugal, porque subiu bastante o crédito malparado das famílias e o crédito malparado das empresas.

Portanto, na nossa opinião, houve, claramente, uma recessão acima do esperado. Aliás, o próprio Governo que administrou uma austeridade violenta ao País foi o Governo que subestimou a dose de austeridade que aplicou ao País e isso também atingiu o setor bancário e atingiu a Caixa Geral de Depósitos.

Assim, gostaríamos de saber se concorda que houve uma recessão bastante acima do esperado, para além da primeira pergunta sobre se houve ou não um erro estratégico de análise por parte do Banco de Portugal, à época, por parte do Sr. Governador.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Do Governador, não; do Ministro das Finanças!

O Sr. **João Galamba** (PS): — Que disparate! Foi ele que definiu a natureza dos problemas da banca, de facto?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já há pouco vos disse que o problema não é tanto interromper quem está no uso da palavra; o problema é que, depois, não há condições de audição e gera-se aqui uma circunstância que torna difíceis os trabalhos da comissão.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Começa a ser claro – e nós já vamos na quarta audição desta Comissão de Inquérito –, demasiado claro, que a capitalização de 2012 se ficou pelos mínimos regulatórios, foi, claramente, insuficiente e está na origem daquelas que são as maiores necessidades de recapitalização que, agora, vai ser operada na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. António Domingues disse há pouco, numa das respostas que deu, que capitalizar pelos mínimos regulatórios é um erro estratégico e, no nosso entender, foi exatamente isso que aconteceu em 2012. O anterior Governo optou pelos mínimos regulatórios, foi um erro estratégico, a opção de Vítor Gaspar era contrapor uma imagem contra o que se estava a passar na banca grega, uma imagem de pés de barro, que não coincidia com a realidade.

Portanto, essa capitalização pelos mínimos regulatórios afetou enormemente a Caixa Geral de Depósitos, até porque as taxas de juro Euribor já vinham a declinar para valores tendencialmente próximos de zero.

Recordo que no dia 1 de janeiro de 2011 a taxa de juro Euribor era de 0,0894% ao mês; passado um ano, no dia 3 de dezembro de 2012, a taxa de juro Euribor era de 0,076%, sendo que, em maio de 2012, era de 0,316%, ou seja, não se pode dizer que era totalmente inesperada a continuidade da baixa das taxas de juro.

E referi-me a 2012 porque foi precisamente o ano em que foi elaborado o plano de capitalização da Caixa e um ano antes do plano de reestruturação, ou seja, o plano de negócios, que faz parte do plano de reestruturação da Caixa e do plano de capitalização, sofreu um desvio por erro de cálculo do anterior Governo e também, porventura, do Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Sr. Deputado do PSD, Duarte Marques, aproveitou esta última ronda de perguntas para dizer que o PSD iria apresentar um requerimento para ter acesso ao estudo da McKinsey que esteve na base da recapitalização.

Nós também gostávamos de ter acesso aos estudos que, em 2012, estiveram na base do cenário macroeconómico para a recapitalização, mas até agora a única coisa que soubemos é que eram as projeções macroeconómicas e houve pouco mais do que isso como estudos.

Talvez por causa disso, por se terem baseado em pouco mais do que nas projeções macroeconómicas que à altura existiam, é que, efetivamente, a recapitalização de 2012 foi tão pouco prudente e tão pouco credível: houve sucessivas revisões em baixa da necessidade de capital na Caixa quando o capital da Caixa se estava a deteriorar, o que foi pouco prudente por parte do anterior acionista e da anterior gestão; houve uma tendência do crédito malparado que foi ignorada; houve uma tendência da redução da margem financeira que foi subestimada; houve exigências de capital que já se sabia

que iam existir e que iriam apertar no futuro e que, agora, são utilizadas como desculpa para a deterioração do capital próprio.

Portanto, há aqui uma série de imprudências, acrescentando ainda a estas uma outra que tem a ver com o acionista, que, por acaso, neste caso, era o Governo que estava a aplicar medidas de austeridade que estavam a aprofundar a contração económica que estava a prejudicar a Caixa e que, ao mesmo tempo, vivia na ilusão da austeridade expansionista.

Portanto, houve, efetivamente, uma série de acasos que tornaram toda a recapitalização muito pouco prudente, e faço a fazer esta introdução porque o Dr. António Domingues disse que não aceitaria liderar a Caixa se a recapitalização fosse considerada uma ajuda de Estado. Gostava que pudesse pormenorizar quais eram as consequências dessa alternativa, ou seja, de ser uma ajuda de Estado.

Disse também que uma das formas de impedir que a recapitalização fosse considerada uma ajuda de Estado foi apresentar um plano baseado num cenário macroeconómico prudente e um plano de negócio credível.

Em 2012, a recapitalização foi bastante mais singela e, mesmo assim, foi considerada uma ajuda de Estado. Então, a questão que se coloca é: será que, nessa altura, o plano não era credível, não era prudente e por isso é que foi considerada uma ajuda de Estado, ao contrário do que aconteceu agora?

Quais foram as consequências de, em 2012, a recapitalização ter sido de 1650 milhões de euros, sendo que só 750 foram em dinheiro novo?

Pergunto quais foram as consequências de uma ajuda de Estado, porque houve restrições comportamentais muito grandes na Caixa e que podem, inclusivamente, ter prejudicado o seu posicionamento no mercado.

Como o Dr. António Domingues lembrou, e muito bem, a Caixa, em muitos segmentos, é líder de mercado em Portugal. Ora, ao ser considerada uma ajuda de Estado, em 2012, houve uma série de restrições, até do ponto de vista de *marketing*, de publicidade, de apresentação de produtos, etc., que

podem ter condicionado o posicionamento da Caixa no mercado, a sua liderança em muitos dos segmentos, a captação de investidores, a captação de crédito?

Alguma coisa há de haver de errado ou, pelo menos, de limitativo numa ajuda Estado, porque senão o Dr. António Domingues aceitaria uma ajuda de Estado e, por alguma razão, não aceitou. Gostava de saber porque é que não aceitou e, na sua perspetiva, de que forma é que a ajuda de Estado de 2012 condicionou a ação da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Visto que houve apenas quatro intervenções, porque o Sr. Deputado Miguel Tiago prescindiu, o Dr. António Domingues tem o tempo equivalente às quatro intervenções para responder, ou seja, 20 minutos.

O Sr. **João Paulo Oliveira** (PS): — Se quiser usá-los no total!

O Sr. **Presidente**: — Eu não coarto o exercício de direitos, muito menos por parte dos nossos convidados.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Presidente, iria responder pela ordem em que as perguntas foram feitas.

Quanto às perguntas do Dr. João Almeida, relativamente à contratação de consultores, já há pouco tinha explicado que, ao fim de uma reflexão de perto de quatro semanas e de ter feito as diligências que fiz para saber em que condições é que era possível recapitalizar a Caixa de uma forma verosímil, fora das ajudas de Estado — e já vou explicar quais são as consequências —, o que ocorreu algures a 15 ou 16 de abril, data partir da

qual me desvinculei do BPI e comuniquei ao Sr. Ministro das Finanças que aceitava, tinha de ter uma equipa para trabalhar.

Ora, como não estava no BPI e não estava na Caixa, tinha de ter meios para trabalhar e, portanto, contratei a Mackenzie e o escritório do Dr. Francisco Sá Carneiro, entidades que conheço há muito tempo e sabia que tinham experiência nos domínios que me interessavam, seja no domínio jurídico, para me apoiarem na reformulação no modelo de governo, seja no domínio da concorrência. Isto porque havia este tema da concorrência, bastante pesado.

Relativamente à Mackenzie, é uma empresa com quem trabalho já há muitos anos, que tem padrões éticos e de comportamento muito claros, que tem padrões de cobrança de *fees* que também conheço e, portanto, contratei-os para trabalharem comigo porque, de outra maneira, era completamente impossível fazer o plano sozinho.

Gostava de lhe dizer, tal como disse há pouco, que não tive acesso a nenhuma informação confidencial. Trabalhei com a informação que a Caixa Geral de Depósitos divulga através dos seu relatórios e contas e de outros instrumentos de publicação de informação e pedi alguma informação adicional através do acionista, que foi protocolada, que o Conselho de Administração deu e da qual tenho um registo, um *file* para apresentar a quem quer que seja. Portanto, não havia nenhum problema de informação confidencial.

Gostava de acrescentar, já agora, antecipando, que não há um relatório, não há um plano da Mackenzie, há um plano que foi feito por mim com o apoio da Mackenzie. A Mackenzie e o Francisco de Sá Carneiro trabalharam sob o meu comando; quem definiu a estratégia, as prioridades e desenhou o plano fui eu e é da minha responsabilidade. Apresentei-o, o acionista aprovou-o como plano estratégico e, neste momento, estou a transformá-lo num plano operacional e num orçamento para o próximo ano,

que o Conselho de Administração terá ocasião de validar. Mas não é um plano da Mackenzie, é um plano da minha responsabilidade e não precisava de nenhuma informação confidencial.

Devo dizer-lhe que a informação que pedi, acessoriamente, foram alguns esclarecimentos sobre o regime providencial da Caixa, para perceber os custos de reestruturação, porque a informação do relatório é relativamente vaga. Pedi alguma informação sobre o calendário de *repricing* de ativos e passivos, uma informação que normalmente consta dos relatórios e contas.

Não creio que tenha pedido muito mais informação para além de coisas sobre o número de pessoas, porque havia contradições entre algumas páginas do relatório: numas falava-se em x pessoas e noutras eram outros números. Tive até alguma dificuldade em, verdadeiramente, acertar no número de pessoas que havia na atividade doméstica.

Portanto, foram informações de natureza financeira sobre os grandes agregados da Caixa e nenhuma informação confidencial, como disse. Dá-me a ideia que se estivesse a fazer a análise sobre o relatório do banco BPI, tal como eu o conheço, não precisaria de nenhuma destas informações porque elas estão lá todas contidas.

Como eu disse também, informei o Sr. Ministro que iria ter o apoio dessas entidades e quando estive com o Sr. Governador do Banco de Portugal informei-o também que ia ter o apoio dessas entidades. Informei o BCE, informei, evidentemente, a DGComp, até porque os meus colegas tiveram de trabalhar muito arduamente e participaram nalgumas reuniões e *conference calls* em todo esse *dossier*.

Entendo que fiz um trabalho que a Caixa devia de ter feito e, algures em agosto, escrevi uma carta ao Sr. Ministro das Finanças dizendo: tal como o informei, tive estas entidades a trabalharem comigo, acho que é de razoável justiça que eles sejam pagos pelo trabalho que fizeram e tenho a lista da carga horária que tiveram. Tenho isso tudo completamente documentado e entendo

que deve ser a Caixa a pagar porque eu substitui-me, de alguma maneira, ao trabalho que a Caixa tinha de fazer, e propus que o procedimento fosse o seguinte: eu apresentaria o custo a um dos conselhos de administração em que não participaria, por potencial conflito de interesses.

Também acrescentei que, quando os contratei, corri um risco pessoal de, porventura, este *dossier* não chegar ao fim. Portanto, eu sabia e eles sabiam que seriam pagos, e se agora houvesse dificuldades em pagar-lhes também lhe garanto que eu pagaria o que houvesse para pagar. Portanto, a minha palavra é a minha palavra e, como tal, não sairei disso.

Penso que os interesses do Estado e os interesses da Caixa foram adequadamente acautelados de todos os pontos de vista, quer pelo resultado do trabalho que foi feito, quer pelo custo que ele envolve.

Aliás, já tive ocasião de avaliar os trabalhos de consultoria que recorrentemente a Caixa utiliza e ver as *rates* que são utilizadas e confesso-lhe que não vejo aí nenhum problema. Isto do meu ponto de vista! Tenho respeito pelas questões que levantou e percebo-as, mas do meu ponto de vista...

Relativamente ao modelo de governo, deixe-me fazer algumas observações: em primeiro lugar, a ideia de haver *chairman* e CEO e da separação é uma ideia nova, não é uma ideia adquirida. Tradicionalmente não era assim. Aliás, vivi num banco durante muitos anos que tinha essa acumulação. Neste caso, ela surgiu porque o acionista, ou, melhor dito, o representante do acionista me convidou nessas circunstâncias e eu estruturei todo o meu trabalho e toda a equipa em função disso. E, como sabe, faz uma diferença grande se eu partisse deste ponto de partida ou se partisse de outro.

Devo acrescentar que, sendo o caso, e eu encontrei uma justificação razoável para que fosse, que é o facto de a Caixa não ser uma empresa cotada, não ter uma dispersão acionista e haver até uma memória não muito construtiva da existência do *double-role* ou, digamos, da separação de

papéis, no passado, não me pareceu que houvesse um grande problema. Mas fiz duas coisas que são recomendações da autoridade bancária europeia e do Grupo de Basileia: ter um número de não executivos maior do que seria normal para assegurar a maioria — é uma das regras — e estipular no regulamento do conselho de administração poderes especiais para o vice-presidente. Ou seja, o vice-presidente tem poderes especiais que normalmente o vice-presidente de uma empresa não tem. Essas são as duas recomendações e os dois mitigantes.

Em todo o caso, o BCE, como sabem, tem a ideia de uniformizar e de tornar tudo igual, mesmo aquilo que não é igual, e, portanto, há um processo em curso relacionado com isso, que eu não comentar,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Eu também não!

O Sr. Dr. António Domingues: —... uma vez que não comento as relações entre a Caixa, as minhas, e o regulador. Portanto, é um processo que corre normalmente, sem nenhuma questão, está tudo documentado, não tem nenhum problema.

Assim, percebo as observações que faz à luz da informação que tinha, não partilho dessas conclusões sobre como é que o modelo de governo é bom.

Já agora, relativamente ao papel do acionista, foi ele que aceitou as minhas propostas. Sugeri um conjunto de pessoas diversificadas, algumas das quais com quem eu nunca tinha falado. Gostava de dizer que convidei algumas pessoas para o Conselho de Administração com quem nunca tinha falado — não as conhecia pessoalmente, conhecia-as como profissionais — e tentei arranjar um conselho de administração que tivesse pessoas verdadeiramente independentes, com experiência de gestão bancária ou com experiência de gestão de empresas e que fossem verdadeiramente

challengers, isto é, pessoas que ponham em causa a gestão e a quem a boa ou má condução, o sucesso ou o insucesso do conselho da Caixa lhes doa.

Portanto, são pessoas que têm uma reputação, que têm uma história, quer no País, quer fora — não vale a pena estar a recordar os nomes —, que me dão estas garantias. É disso que se trata e foi esse o raciocínio que esteve subjacente aos convites.

Já agora gostava de dizer que ninguém foi chumbado. O BCE não se pronunciou — ainda uma observação para o Sr. Deputado Carlos Costa Neves —, ninguém foi chumbado. O BCE não se pronunciou sobre sete nomes que estavam previstos naquela altura por razões que, em precisão, na altura, não tive conhecimento *a anterior*, ou seja, havia uma pressa, havia urgência em ter o conselho e podia haver alguns pequenos problemas, pelo que houve uma decisão de os retirar da apreciação.

Sr. Doutor, não havia chumbo nenhum e gostava de lhe dizer que o RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) era o que era, era do meu conhecimento, era do conhecimento do Banco de Portugal, era do conhecimento do Governo e do BCE e falei com eles sobre isso tudo. E, pelo menos entre alguns deles, havia o consenso que o RGICSF devia ser acomodado àquilo que a diretiva estipula.

De resto, a diferença entre o RGICSF e a diretiva é que a diretiva diz: se há um administrador de empresas várias, digamos, da Sonae, isso conta como um cargo. Isso é o que a diretiva estipula. Mas o RGICSF, por qualquer razão, diz que não, que isso só acontece se for num banco.

Ora, isto é um conjunto vazio, porque um administrador de um banco não pode ser administrador de outro banco, o que, desde logo, digamos, indica que o processo legislativo não foi muito cuidado, desse ponto de vista.

Em qualquer circunstância, o preenchimento desse requisito não é condição suficiente para que alguém passe na validação do BCE, porque

alguém que não tem cargo nenhum não é necessária e automaticamente elegível para a administração de um banco.

Do meu ponto de vista, o que é importante num administrador de um banco, em particular num não executivo, é que tenha competência, tenha capacidade, experiência e independência. É isso que é importante, foi isso que me pareceu ser importante, é isso que me parece importante relativamente à Caixa Geral de Depósitos e foi isso que quis salvaguardar, porque é isso que defende os interesses da Caixa Geral de Depósitos.

Um conselho que seja forte, com pessoas independentes, é aquilo que defende os interesses da Caixa Geral de Depósitos, não é outra coisa. Portanto, o acionista participou e aprovou, mas coube-me a mim, como *chairman*, como cabe ao *chairman* da empresa onde eu trabalhava, formular e organizar as equipas.

Já agora, recordo que acrescentei no modelo de governo uma alteração: passarmos de ter um conselho único, onde a comissão de auditoria faz parte da comissão, para termos um conselho onde os executivos estão em maioria, em número suficiente para preencher as comissões especializadas: uma comissão de riscos financeiros, uma comissão de auditoria e controlo interno, uma comissão de remunerações e avaliações e uma comissão de governo. Existe um conselho fiscal independente do conselho de administração, que tem os poderes que a lei confere ao conselho fiscal, que, como sabe, é presidido pelo Dr. Guilherme de Oliveira Martins.

Portanto, penso que, do ponto de vista de *governance*, a Caixa tem, provavelmente, aquilo que eu considero a melhor solução. É a solução com que eu vivi durante 27 anos e creio que com resultados bastante bons.

Como tal, penso que, relativamente às questões que o Sr. Deputado João Pinho de Almeida me colocou, resumidamente, é isto.

Quanto ao acordo de confidencialidade, percebo os formalismos que normalmente rodeiam certo tipo de contratações. Confesso-lhe que, neste

caso, não tínhamos acesso a informação confidencial; não tive nenhuma informação confidencial nem nenhuma das entidades que trabalhou comigo tinha informação confidencial.

Desde logo, os juristas que trabalharam a preparar as regras, os regulamentos, que fiz questão de apresentar antecipadamente ao Governo, portanto, bastante cedo, trabalharam sobretudo nos *dossiers* da concorrência, que era um debate, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista operacional, muito duro, porque, como sabe, as regras mudaram e existe uma exigência maior relativamente a isso.

Portanto, a única coisa que posso dizer é que estou muito satisfeito com o resultado, porque o meu objetivo principal nesta missão era conseguir que a Caixa fosse recapitalizada sem ajudas de Estado, e já vou dizer quais eram as consequências de não ser assim.

Depois, relativamente à questão que o Sr. Deputado do PSD me colocou sobre os depósitos de clientes, é a informação que tenho dentro da Caixa, mas vou reconfirmá-la. Aliás, uma preocupação que tinha quando cheguei à Caixa era perceber o que é que estava a acontecer com os clientes e reuni com os diretores e com diretores comerciais. A informação que tenho é que os depósitos dos clientes, com exceção da variação de depósitos correspondentes a duas entidades do sector segurador, tiveram um comportamento positivo durante o período e continuam a ter um comportamento positivo.

Portanto, é essa a informação que tenho. Esta informação segue as regras contabilísticas e, como tal, é diferente, mas eu reconciliarei, digamos, essa informação e far-lha-ei chegar.

O Sr. António Leitão Amaro (PSD): — É isso!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Relativamente à auditoria independente, como eu disse, tomei conhecimento, ainda antes de ter sido eleito, de que o Governo tinha tomado uma resolução e que o Parlamento também tinha aprovado uma resolução relativamente a auditorias, até com um figurino diferente.

Quanto a isso, tive ocasião de falar com o Sr. Governador do Banco de Portugal a quem sugeri que essas duas auditorias — que têm uma natureza de auditoria ao passado, são auditorias à Caixa desde 2000, e em particular uma que é designada de auditoria forense, que, como sabe, tem um objeto muito específico — não fossem da responsabilidade do Conselho de Administração, tal como está previsto ou, pelo menos, tal como está formulado na aprovação da Assembleia de República, mas que fossem coordenadas e comandadas pelo supervisor.

Parecia-me melhor, e parece-me, do ponto de vista da defesa das instituições, da defesa dos valores que penso que devem ser defendidos e protegidos...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — O Sr. Ministro sabe isso?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sim, claro. Informei-o de que era essa a minha posição.

Em qualquer circunstância, qualquer que seja a decisão, o Conselho de Administração da Caixa promoverá a realização das auditorias que forem determinadas pelo seu acionista ou pelos órgãos que sobre ele têm tutela, como é o caso da recomendação que a Assembleia aprovou. Aliás, pedi uma audiência ao Sr. Presidente da Assembleia da República justamente para perceber quais eram os passos seguintes e para lhe dar nota do que eu pensava sobre o assunto.

Sobre o plano estratégico já tive ocasião de referir que não é um plano estratégico da Mackenzy, é meu; eu é que o comandeí e é da minha responsabilidade e, portanto, é esse plano que estamos a implementar e é por ele que espero vir a ser avaliado, e espero que com sucesso, mas se não tiver sucesso serei avaliado também. Na verdade, foi na feitura desse plano que apliquei uma boa parte do meu tempo.

Já agora, gostava de dar a seguinte informação: esta equipa tinha três pés, se quiserem. Tinha a Mackenzy, para trabalho na frente financeira, tinha os advogados e eu próprio. Eu trabalhei *pro bono* durante os quatro meses e meio em que estive a trabalhar nesta missão, porque não estava na Caixa, e gostava de deixar esta informação à Comissão.

Relativamente ao tempo, discordo da ideia de que o processo se arrastou, porque, como tive ocasião de explicar, fui convidado no dia 19 de março. Podia ter sido convidado no dia 19 de novembro ou de outubro, mas foi no dia 19 de março, portanto, só respondo a partir daí, e demorei quase quatro semanas para saber se tinha condições para aceitar porque achei que não devia aceitar levianamente esta responsabilidade. Desde logo, porque me confrontei, na avaliação que fiz da situação, com o tema da capitalização, qualquer que fosse o seu montante, e era do meu ponto de vista absolutamente indispensável, do ponto de vista do setor, do ponto de vista do País e do ponto de vista da Caixa, assegurar que não havia ajudas de Estado, e já vou comentar o que é que significa ajudas de Estado neste momento. Portanto, tive de fazer o trabalho necessário.

Em Frankfurt receberam-me três dias depois, logo no dia 24, e a Sr.^a Danièle Nouy, com quem tive uma longa conversa, que foi bastante importante, recebeu-me logo de seguida, mas o Sr. Laitenberger e o Sr. Koopman estavam de férias, ou andavam por fora e só me receberam, salvo erro, no dia 7 de abril.

Portanto, entre o dia 7 de abril e os dias 15 ou 16 tive ocasião de avaliar e escrever aquilo que achava da situação, o que eram os principais aspetos do plano estratégico e aquilo que era necessário assegurar, e que era não só ter um plano de negócios credível e que fosse aceite mas que endereçasse os problemas económicos da Caixa. Uma vez que os financeiros eram mais fáceis de resolver, era avaliar a necessidade de capital e isso não tinha um grande problema, era necessário, também, endereçar os problemas económicos, fazer evoluir a Caixa para termos uma equação que permita remunerar o acionista, condição, desde logo, para que não haja ajudas de Estado, com um modelo de governo que assegurasse a independência da Administração. Aliás, o que me foi dito pelo Sr. Ministro era a despolitização da gestão da Caixa, objetivo que me foi dito pela DGComp.

Em terceiro lugar, era necessário ter um modelo de remunerações e incentivos compatível com uma gestão em concorrência.

Portanto, foram propostas em torno de cada um destes três eixos que apresentei ao Governo.

Aliás, a Sr.^a Vestager deu uma entrevista, salvo erro, em 24 ou 25 de setembro, onde, de uma forma muito sintética, no *Jornal de Negócios*, explica quais foram as condições que levaram a Comissão Europeia a aprovar a recapitalização nos termos em que o fez.

É uma entrevista muito sintética mas muito precisa, e acrescenta uma outra coisa que eu não me atrevo, por modéstia, a acrescentar, mas diz isso na entrevista.

Quanto ao tempo, demorei cerca de um mês a preparar, e devo-vos dizer que nunca trabalhei tanto nos últimos anos como durante estes três meses, um plano estratégico e negocial. Foram negociações muito duras e as equipas que me apoiaram trabalharam muito, porque se não tal não era possível.

E devo dizer que ter aprovado em um mês e 10 dias, que foi entre o dia 3 de junho e o dia 13 de julho, um plano de negócios com a DGComp dado o ponto de partida, um banco público que há cinco anos e um trimestre perdia dinheiro, que estava debaixo de um plano de ajudas de Estado e que evoluiu para uma capitalização de acordo com as suas necessidades fora das ajudas de Estado, foi tempo recorde.

Conseguir que a Comissão Europeia aceitasse fazer um pré-acordo foi uma primeira vez.

Em terceiro lugar, estávamos num contexto em que entrou em vigor a nova diretiva de resolução. E aí vou diretamente ao ponto que me foi colocado na pergunta final.

Quando havia ajudas de Estado, até ao princípio deste ano, o que é que isso significava? Significava uma coisa que, eventualmente, tinha consequências potencialmente negativas, que era um plano muito draconiano de reestruturação: redução de negócios, desinvestimentos, etc. Essa era a ideia que estava por detrás das condições de um plano de ajuda de Estado.

Qual é a diferença a partir de 1 de janeiro de 2015? É que não pode entrar dinheiro público para recapitalizar antes de haver *burden sharing*. O que é que significa *burden sharing*? Significa *haircut* de dívida sénior ou subordinada ou conversão forçada em capital. Era isto que significava neste momento ter ajudas de Estado.

Confrontado com os riscos que uma potencial situação deste tipo punha, achei que tinha de dedicar o meu melhor e, com o apoio que tive sempre do Governo nestas negociações, tentar encontrar uma solução que subtraísse a Caixa, o setor e o País a uma situação deste tipo. Não sei que consequências poderia ter, mas adivinho ou, pelo menos, prognostico que não seriam boas.

Por que é que estas negociações não podiam ser tidas em aberto e na praça pública? Pela simples razão de que não era possível, do meu ponto de

vista e do ponto de vista da gestão do risco desta negociação, tornar público que este risco era um risco real, que havia um risco de, eventualmente, a Caixa ter de fazer *burden sharing*. Isto não era possível pôr em cima da mesa e, portanto, as negociações tiveram de correr com a discrição com que correram, e isso, do meu ponto de vista, não tinha alternativa. É esta a resposta que tenho para lhe dar ao ponto que me colocou sobre a demora.

O plano de negócios tinha previsto que a Caixa tivesse que vir a fazer emissões de dívida subordinada ou de *additional tier 1* durante a vida do plano, como, aliás, todos os bancos estão a ter de fazer. Se vir, os bancos espanhóis fizeram-no, e durante algum tempo não fizeram porque o mercado esteve fechado por causa dos problemas que no início do ano surgiram em torno do Deutsche Bank, mas é uma forma de capital não «dilutiva» do acionista e que tem flexibilidade.

Portanto, foi acordado que uma parcela seria feita desde já e será feita nas condições que penso que serão boas. Neste momento, não tenho condições de partilhar essa informação, ou seja, em que condições será feita, até porque ainda estamos a algum tempo de lá chegar, mas o que lhe posso garantir é que eu e os meus colegas estamos a trabalhar tranquila e comodamente em fazer isso nas melhores condições possíveis que a Caixa pode vir a ter e que serão, provavelmente, em linha com aquilo que os bancos espanhóis de dimensão equivalente fizeram no início do ano e no final do ano passado. É um novo formato de capital como outro qualquer, com a vantagem de não ser «dilutivo» do ponto de vista do acionista e de não exigir mais capital ao acionista. Não é «dilutivo» do ponto de vista de voto e além disso tem a flexibilidade de poder ser pago antecipadamente. Enfim, tem uma série de particularidades e é por isso que os bancos, genericamente, se vir, por toda a Europa, que têm mais gabarito têm, todos eles, na composição do seu capital alguma componente.

Aliás, a Caixa já hoje tem dívida subordinada e dívida perpétua no seu balanço, que, aliás, corria o risco, se porventura a recapitalização não fosse feita nos termos em que foi negociada, de gerar um problema que não consigo avaliar. Acho que era um risco que não se podia correr e tinha de se fazer tudo para não se correr. Portanto, isto em resumo. Não sei se consegui responder a tudo ou se deixei alguma coisa em aberto.

Relativamente ao plano anterior, confesso que não perdi muito tempo a analisá-lo. A minha preocupação foi perceber qual era verdadeiramente a situação da Caixa, quais eram as suas reais necessidades, o que é que era a dinâmica económica da Caixa, o que é que era a dinâmica comercial da Caixa, o que é que eram os ativos que são estratégicos e os que não são, para poder formular um plano que tivesse a possibilidade de ser negociado com sucesso e poder ter o *sponsorship* dos supervisores.

Gostava de lhe dizer que, em meados de junho, depois de eu ter entregue o plano no dia 3 de junho, enviei-o, por instruções do Governo, quer à DGComp, quer ao BCE; entreguei-o em mão ao Sr. Governador na segunda-feira, dia 6 de junho, e em meados de junho tive a comunicação do BCE de que estavam completamente de acordo com o plano que eu tinha apresentado e com as linhas gerais do que estava a ser proposto.

Relativamente aos nomes, também tive essa comunicação, porque tive o cuidado de apresentar em devido tempo. Assim, estas são as razões porque, como o Sr. Deputado poderá perceber, eu não aceitava ser parte de um plano de capitalização que envolvesse ajudas de Estado, nesta altura.

Por isso, é que dediquei todo o meu esforço e energia a trabalhar neste projeto nos termos em que ele foi feito e com resultados conseguidos até agora.

Para terminar, gostava de dizer que se estava animado com o resultado da negociação, neste momento estou muito mais animado com a Caixa Geral de Depósitos.

A Caixa Geral de Depósitos é um grande banco, tem uma equipa fantástica, tem pessoas muito boas. Já levo quase um mês de interação dentro do banco, temos estado a trabalhar arduamente na preparação das condições para que o aumento de capital tenha lugar em tempo, com uma participação entusiástica de todos, e, portanto, pela minha parte, estou muito entusiasmado e tenho a certeza de que a Caixa vai cumprir a sua missão, que o projeto vai correr bem, e conto com o apoio dos meus colegas e a confiança dos clientes, que é para isso que nós lá estamos. É essa a minha missão.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. António Domingues, se me permite, deixe-me perguntar-lhe se é a primeira vez que vem ao Parlamento.

O Sr. Dr. António Domingues: — Nestas circunstâncias, sim.

O Sr. Presidente: — Mas já aprendeu com os Deputados, porque eram 20 minutos e gastou 24.

Risos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.

Mas nesta sua primeira visita já aprendeu, e digo primeira porque não é garantido que os Srs. Deputados da Comissão de Inquérito não queiram ouvi-lo outra vez, lá mais à frente.

Estamos todos seguramente de acordo que a sua presença, para além da importância que teve e é do conhecimento pessoal do Presidente da Caixa, foi muito importante no que toca aos elementos e às apreciações que o Sr. Doutor aqui fez. Agradeço-lhe mais uma vez por isso e agradeço também a presença dos Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Estão encerrados os trabalhos.

Eram 18 horas e 34 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.